



GOVERNO DO ESTADO DO ACRE
SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO - SEPLAN
MINUTA DE CONTRATO Nº 0000013/2026

CONTRATO Nº. XX/202XX
PROCESSO COMPRAS.GOV Nº XXXX
PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº XXXX
ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº XXXXX

	CONTRATO ADMINISTRATIVO QUE ENTRE SI CELEBRAM O ESTADO DO ACRE, POR INTERMÉDIO DO(A) [ÓRGÃO/ENTIDADE CONTRATANTE], E, DO OUTRO LADO, A EMPRESA [NOME DA EMPRESA], PARA AQUISIÇÃO DE VEÍCULOS ELÉTRICOS E VEÍCULOS HÍBRIDOS, BEM COMO DE ESTAÇÕES DE RECARGA PARA VEÍCULO ELÉTRICO, COM INSTALAÇÃO, E SERVIÇO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DA CAPACIDADE DA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA EXISTENTE, NOS TERMOS DO PREGÃO ELETRÔNICO SRP Nº XXXX/2026.
--	---

A **SECRETARIA DE ESTADO DE PLANEJAMENTO – SEPLAN**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 04.034.518/0001-05, com sede na Avenida Getúlio Vargas nº 232, 4º andar, Palácio das Secretarias, Bairro Centro, Rio Branco-Acre, CEP 69.900-060, doravante denominada CONTRATANTE, por intermédio do seu secretário, Senhor **Ricardo Brandão dos Santos**, domiciliado nesta capital, nomeado por meio do Decreto Estadual nº 07 - P, de 1º de janeiro de 2023, publicado no Diário Oficial do Estado nº 13.443, de 02 de janeiro de 2023, e de outro lado a **[DIGITE AQUI O NOME DA EMPRESA]**, inscrita no CNPJ/MF sob o nº [digite aqui o CNPJ], estabelecida à [digite aqui o endereço completo da empresa], doravante denominada CONTRATADA, neste ato representada pelo Senhor(a) [digite aqui o nome], [nacionalidade], [estado civil], [profissão], portador da Carteira de Identidade nº [digite aqui o número com a Unidade da Federação] e do CPF nº [digite aqui o número], resolvem celebrar o presente Contrato, que será regido pela [Lei Federal nº 14.133, 01 de abril de 2021](#), legislação correlata e pelo Edital e anexos do pregão Eletrônico SRP [digite aqui o número e ano do], sob os termos e condições a seguir estabelecidos:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO

1.1. O presente contrato tem por objeto a aquisição de veículos elétricos e veículos híbridos, bem como estação de recarga para veículo elétrico, devidamente instalada e operacional, destinados à modernização da frota oficial dos seguintes órgãos e entidades: Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN, Secretaria de Estado de Administração – SEAD, Secretaria de Estado de Meio Ambiente – SEMA, Instituto de Meio Ambiente do Acre – IMAC, Secretaria de Estado de Obras Públicas – SEOP, Secretaria de Estado de Segurança Pública – SEJUSP, Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEPDC e Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre – IDAF, em conformidade com as especificações técnicas, quantitativos e condições estabelecidas neste instrumento.

2. CLÁUSULA SEGUNDA - DA DESCRIÇÃO/ESPECIFICAÇÃO DO OBJETO

ITEM	ESPECIFICAÇÃO	CATMAT	UNIDAD E DE MEDIDA	QUANTI DADE	VALOR UNITÁR IO	VALOR TOTAL
	Veículo automotor 100% elétrico – categoria hatch urbano/institucional Veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo hatch, 100% elétrico (BEV – Battery Electric Vehicle), com as seguintes características mínimas: – Capacidade para 05 (cinco) ocupantes,					

1	<p>incluindo o condutor;</p> <ul style="list-style-type: none"> – 04 (quatro) portas laterais; – Motorização exclusivamente elétrica, com autonomia mínima de 200km conforme padrão INMETRO vigente; – Bateria de tração com garantia mínima de fábrica conforme prática de mercado; – Sistema de recarga compatível com padrão nacional e protocolo aberto (quando aplicável); – Ar-condicionado original de fábrica; – Direção elétrica ou eletroassistida; – Vidros e travas elétricas nas portas; – Sistema de freios com ABS e controle eletrônico de estabilidade (ESC), quando exigido pela regulamentação nacional; – Airbags frontais, no mínimo; – Sistema multimídia ou rádio integrado; – Cor branca; – Equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro; – Garantia mínima conforme legislação aplicável; – Atender integralmente às normas ambientais e de segurança vigentes no território nacional. <p>Categoria de uso: urbano/institucional, para deslocamentos administrativos.</p>	620779	UND	x	R\$ 0	R\$
---	---	--------	-----	---	-------	-----

2	<p>Veículo automotor híbrido – categoria sedan urbano/institucional</p> <p>Veículo automotor novo, zero quilômetro, tipo sedan, com tecnologia híbrida (combinação de motorização elétrica e motorização a combustão interna), com as seguintes características mínimas:</p> <ul style="list-style-type: none"> – Capacidade para 05 (cinco) ocupantes, incluindo o condutor; – 04 (quatro) portas laterais; – Sistema híbrido (elétrico + combustão), com gerenciamento eletrônico de energia; – Eficiência energética compatível com padrões vigentes do INMETRO; – Ar-condicionado original de fábrica; – Direção elétrica ou eletroassistida; – Vidros e travas elétricas; – Sistema de freios com ABS e controle eletrônico de estabilidade; – Airbags frontais, no mínimo; – Sistema multimídia ou rádio integrado; – Cor branca; – Equipamentos obrigatórios exigidos pelo Código de Trânsito Brasileiro; – Garantia mínima de fábrica para o conjunto motoriz e sistema híbrido, conforme prática de mercado; – Atendimento às normas ambientais vigentes. <p>Categoria de uso: urbano e interurbano leve, para deslocamentos administrativos de maior autonomia.</p>	484528	UND	x	R\$	R\$
---	--	--------	-----	---	-----	-----

3	<p>Estação de carregamento tipo Wall Box 7,4 KW (com instalação)</p> <p>Estação de recarga veicular AC tipo Wall Box, potência nominal de 7,4 kW com 01 conector, alimentação monofásica 220 a 240 Vca (2P+PE), corrente nominal de 32 A, frequência 50/60 Hz, padrão de recarga Modo 3, compatível com veículos elétricos conforme IEC 61851-1, conector Tipo 2 ou tomada Tipo 2, Tamanho do cabo 5m, instalação em parede ou em totem, uso interno/externo, Temperatura de operação-25°C~55°C, grau de proteção mínimo IP65 /IK08 proteção de impactos, com proteções elétricas integradas para sobrecorrente, subtensão, sobretensão e detecção de fuga, além de possibilidade de conectividade via Wi-Fi/Ethernet, 4G com protocolo de comunicação OCPP 1.6 (2.0 opcional) e controle de acesso por cartão RFID ISO 14443A, MIFARE DESFire Ev1 ou aplicativo de gerenciamento de recarga, conforme modelo.</p> <p>Certificações IEC61851-1:2019, IEC61851-1:2017, IEC61851-21:2021</p>	620781	UND	x	R\$	R\$
---	---	--------	-----	---	-----	-----

4	<p>Estação de carregamento tipo Wall Box 30 KW (com instalação)</p> <p>Estação de recarga veicular DC tipo Wall Box, potência nominal de 30 kW com 01 conector, alimentação trifásica 380-400 Vca (3P+N+PE), corrente nominal de 46 A por fase, frequência 50/60 Hz, padrão de recarga Modo 4, compatível com veículos elétricos conforme IEC 61851-2, conector Tipo CCS2 , Tamanho do cabo 5m, instalação em parede ou em totem, uso interno/externo, Temperatura de operação- 20°C~50°C, grau de proteção mínimo IP65 /IK10 proteção de impactos, com proteções elétricas integradas para sobrecorrente, subtensão, sobretensão e detecção de fuga, além de possibilidade de conectividade via Wi-Fi/Ethernet, 4G com protocolo de comunicação OCPP 1.6 (2.0 opcional) e controle de acesso por cartão RFID ISO 14443A, MIFARE DESFire Ev1 ou aplicativo de gerenciamento de recarga, conforme modelo.</p> <p>Certificações IEC61851-1:2019, IEC61851-1:2017, IEC61851-2:2021</p>	620781	UND	x	R\$	R\$
---	--	--------	-----	---	-----	-----

5	Serviço de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente Avaliação da capacidade de atendimento às estações de recarga AC ou DC, que consiste na elaboração de relatório técnico conclusivo, contendo: Diagnóstico da situação elétrica atual; Viabilidade ou não da implantação de estações de recarga AC ou DC no local indicado; Atendimento das Diretrizes técnicas do CBMAC para a futura instalação das estações de recarga AC ou DC; Recomendações de adequações, caso necessárias; Análise termográfica do QGBT principal.	876	UND	x	R\$	R\$
VALOR TOTAL ESTIMADO						R\$

2.1. Os bens deverão atender às especificações técnicas detalhadas do Termo de Referência, bem como às normas vigentes aplicáveis, incluindo o Código de Trânsito Brasileiro, normas do Conselho Nacional de Trânsito (CONTRAN), normas técnicas da ABNT e regulamentações de eficiência energética e segurança veicular.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DO REGIME E DA FORMA DE EXECUÇÃO

3.1. A execução do objeto contratual dar-se-á de forma indireta, mediante contratação de empresa especializada, sob o regime de fornecimento e execução por preço unitário, observados os itens efetivamente contratados, os quantitativos autorizados, os preços unitários registrados, as Ordens de Fornecimento/Serviço emitidas pelo órgão contratante e as condições estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços, na proposta da CONTRATADA e neste Contrato.

3.2. A contratação decorre de Pregão Eletrônico realizado pelo Sistema de Registro de Preços, com critério de julgamento por menor preço por item, de modo que cada órgão contratante poderá formalizar a contratação apenas dos itens e quantitativos de seu interesse, respeitados os limites registrados na Ata de Registro de Preços e as condições previstas no instrumento convocatório.

3.3. A forma de fornecimento dos veículos será por unidade efetivamente contratada, compreendendo a entrega do bem novo, zero quilômetro, em condições plenas de uso, devidamente regularizado, licenciado e emplacado, acompanhado dos documentos, manuais, termos de garantia, acessórios obrigatórios e demais itens exigidos no Termo de Referência.

3.4. A forma de fornecimento das estações de recarga compreenderá a entrega do equipamento, a instalação, configuração, testes funcionais e disponibilização em perfeito estado de funcionamento, incluindo os materiais, acessórios, mão de obra técnica, projeto ou documentação técnica exigível, ART ou RRT, quando aplicável, e demais providências necessárias à plena operacionalização do equipamento.

3.5. O serviço técnico de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente será executado sob demanda, na unidade indicada pelo órgão contratante, compreendendo vistoria técnica presencial, levantamento das condições da instalação elétrica, medições, análise termográfica, avaliação de viabilidade para implantação de estações de recarga, emissão de relatório técnico conclusivo, ART e demais documentos previstos no Termo de Referência.

3.6. A execução do objeto dependerá de prévia emissão de Ordem de Fornecimento/Serviço, nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente pelo órgão contratante, vedada a entrega de bens, a instalação de equipamentos ou a execução de serviços sem autorização formal da Administração.

3.7. A Ordem de Fornecimento/Serviço deverá indicar, conforme o caso, o órgão contratante, o item contratado, o quantitativo autorizado, o local de entrega ou execução, o prazo aplicável, o servidor responsável pelo acompanhamento, as

condições específicas de recebimento e demais informações necessárias ao adequado cumprimento da obrigação contratual.

3.8. A CONTRATADA deverá executar o objeto em estrita conformidade com as especificações técnicas, quantitativos, prazos, locais, normas técnicas, condições de garantia, assistência técnica, regularização documental, instalação, testes e critérios de recebimento previstos no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e neste Contrato.

3.9. Os bens deverão ser entregues e os serviços executados de forma completa, adequada e funcional, não se admitindo entrega parcial, instalação incompleta, ausência de documentação obrigatória, pendência de regularização, incompatibilidade técnica ou qualquer situação que impeça o uso regular do bem ou equipamento pelo órgão contratante.

3.10. Estão incluídos nos preços contratados todos os custos necessários ao integral cumprimento do objeto, tais como tributos, encargos, fretes, seguros, transporte, carga e descarga, deslocamentos, mão de obra, ferramentas, equipamentos, materiais de instalação, testes, emissão de documentos técnicos, ART ou RRT quando exigível, regularização, emplacamento, licenciamento, garantias, assistência técnica e demais despesas diretas e indiretas necessárias à execução contratual.

3.11. A CONTRATADA responderá integralmente pela qualidade, segurança, conformidade técnica e legal dos bens fornecidos, dos equipamentos instalados e dos serviços executados, obrigando-se a corrigir, substituir, refazer ou complementar, às suas expensas, tudo aquilo que for entregue ou executado em desacordo com o Edital, o Termo de Referência, a Ata de Registro de Preços, a proposta apresentada ou este Contrato.

3.12. A execução contratual será acompanhada e fiscalizada por servidor ou equipe designada pelo órgão contratante, cabendo à CONTRATADA prestar todos os esclarecimentos, apresentar documentos, relatórios, comprovantes, registros técnicos, ART ou RRT, certificados, manuais, termos de garantia e demais informações necessárias à verificação da regular entrega dos bens, instalação dos equipamentos e execução dos serviços.

3.13. A existência de Ata de Registro de Preços não obriga a Administração à contratação da totalidade dos quantitativos registrados, sendo devida à CONTRATADA apenas a remuneração correspondente aos bens efetivamente fornecidos, equipamentos efetivamente instalados e serviços efetivamente executados, desde que regularmente autorizados, recebidos e atestados pela fiscalização contratual.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO LOCAL, HORÁRIO E CONDIÇÕES DE EXECUÇÃO

4.1. A entrega dos veículos, a instalação das estações de recarga e a execução dos serviços técnicos ocorrerão nos locais indicados pelo órgão contratante, participante ou aderente, conforme endereço informado na respectiva Ordem de Fornecimento/Serviço, contrato ou instrumento equivalente, observadas as condições previstas no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e no respectivo instrumento contratual.

4.2. Secretaria de Estado de Planejamento – SEPLAN:

4.2.1. Os bens e serviços serão entregues ou executados, na sede da Secretaria, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 232, Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060, Palácio das Secretarias, no Anexo localizado na Rua Pernambuco, nº 495, bairro Dom Giocondo, Rio Branco/AC, ou em outro local indicado pela Administração.

4.3. Secretaria de estado de Planejamento - SEAD:

4.3.1. Os bens e serviços serão entregues ou executados, na sede da Secretaria, localizada na Av. Getúlio Vargas, nº 232, Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060, Palácio das Secretarias, ou em outro local indicado pela Administração.

4.4. Secretaria de Estado de Meio Ambiente - SEMA:

4.4.1. Os bens e serviços serão entregues ou executados, na sede da Secretaria, localizada na Rua Benjamin Constant, Nº 856, Primeiro e segundo piso - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69902-062, ou em outro local indicado pela Administração.

4.5. Instituto de Meio Ambiente do Acre - IMAC:

4.5.1. Os bens e serviços serão entregues ou executados, na sede da Secretaria, localizada na Estrada da Invernada, nº 669, - Bairro Morada do Sol, Rio Branco/AC, CEP 69901-097, ou em outro local indicado pela Administração.

4.6. Secretaria de Estado de Obras Públicas - SEOP

4.6.1. Os bens e serviços serão entregues ou executados, na sede da Secretaria, localizada na Rua Marechal Deodoro, nº 472, - Bairro Ipase, Rio Branco/AC, CEP 69.900-333, ou em outro local indicado pela Administração.

4.7. Secretaria de Estado de Segurança Pública - SEJUSP

4.7.1. Os bens e serviços serão entregues ou executados, na sede da Secretaria, localizada na Rua Benjamin Constant, 1015, - Bairro CENTRO, Rio Branco/AC, CEP 69900-064, ou em outro local indicado pela Administração.

4.8. Coordenadoria Estadual de Proteção e Defesa Civil – CEPDC

4.8.1. Os bens e serviços serão entregues ou executados, na sede da Secretaria, Estrada da Invernada, nº 669, - Bairro Morada do Sol, Rio Branco/AC, CEP 69901-097, ou em outro local indicado pela Administração.

4.9. **Instituto de Defesa Agropecuária e Florestal do Estado do Acre - IDAF**

4.9.1. Os bens e serviços serão entregues ou executados, na sede da Secretaria, Rodovia AC 040, 1054, - Bairro Loteamento Santa Helena, Rio Branco/AC, CEP 69908-640, ou em outro local indicado pela Administração.

5. CLÁUSULA QUINTA - DO VALOR

5.1. O valor deste contrato é de **R\$ XXXXXX (XXXXXXXXXXXX)**.

6. CLÁUSULA SEXTA - DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

6.1. Cód. Órgão / Unidade Executora:

6.2. As despesas decorrentes da contratação correrão à conta dos recursos consignados abaixo:

6.3. Programa de Trabalho:

6.4. Elemento de Despesa:

6.5. Fonte de Recurso:

7. CLÁUSULA SÉTIMA – DA VINCULAÇÃO

7.1. Vinculam esta contratação, independentemente de transcrição:

7.2. O Termo de Referência;

7.3. O Edital da Licitação;

7.4. A Proposta do contratado;

7.5. Eventuais anexos dos documentos supracitados.

7.6. A CONTRATADA obriga-se a executar o objeto contratual em estrita conformidade com as condições, especificações técnicas, quantitativos estimados, prazos, locais de execução, critérios de medição, condições de pagamento, obrigações, garantias, responsabilidades e demais exigências estabelecidas no Edital, no Termo de Referência, neste Contrato e em sua proposta.

7.7. Em caso de divergência entre os documentos que integram a contratação, prevalecerão as disposições deste Contrato, do Edital e do Termo de Referência, nessa ordem, observada a legislação aplicável, sendo a proposta da CONTRATADA considerada vinculante naquilo que não contrariar as regras estabelecidas pela Administração.

7.8. A CONTRATADA declara ter pleno conhecimento das condições constantes do Edital, do Termo de Referência, deste Contrato e dos demais documentos integrantes do processo administrativo, não podendo alegar desconhecimento de suas disposições para eximir-se do cumprimento das obrigações assumidas.

8. CLÁUSULA OITAVA – DA VIGÊNCIA, PRORROGAÇÃO, EFICÁCIA E PUBLICIDADE

8.1. DA VIGÊNCIA

8.1.1. O presente Contrato terá vigência adstrita aos respectivos créditos orçamentários, observadas as condições estabelecidas nesta Cláusula, no Edital, na Ata de Registro de Preços, neste Contrato e, especialmente, no item 19.2 do Termo de Referência.

8.1.2. A vigência contratual deverá compreender o período necessário à entrega dos veículos, à implantação das estações de recarga, à execução do serviço técnico de avaliação da infraestrutura elétrica, ao recebimento definitivo do objeto, à liquidação da despesa e ao cumprimento das demais obrigações contratuais ordinárias.

8.1.3. O prazo de vigência será contado a partir da assinatura do Contrato, sem prejuízo da necessidade de observância das condições de eficácia e publicidade previstas nesta Cláusula.

8.1.4. Tratando-se de contrato cujo objeto envolve fornecimento de bens, instalação de equipamentos e execução de serviço técnico, eventual encerramento do prazo de vigência não afastará as obrigações remanescentes da CONTRATADA relacionadas à garantia, assistência técnica, suporte, logística reversa, correção de vícios, substituição de bens defeituosos, correção de instalação inadequada ou complementação de relatório técnico.

8.2. DA PRORROGAÇÃO

8.2.1. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado quando o objeto não for concluído no período firmado no Contrato, conforme previsto no item 19.2.2 do Termo de Referência e no art. 111 da Lei Federal nº 14.133/2021.

8.2.2. A prorrogação prevista no subitem anterior destina-se exclusivamente a permitir a conclusão do objeto contratual, especialmente quando ainda pendentes entrega de veículos, instalação de estações de recarga, execução do serviço técnico, correções, substituições, testes, recebimento definitivo ou demais providências necessárias ao encerramento regular da execução.

8.2.3. A prorrogação automática não caracteriza renovação de contratação continuada, não implica ampliação do objeto, não autoriza acréscimo automático de quantitativos e não afasta a apuração de eventual responsabilidade da CONTRATADA por atraso, descumprimento de prazo ou inexecução contratual.

8.2.4. Na hipótese de prorrogação da vigência por não conclusão do objeto, a Administração deverá registrar nos autos a situação da execução contratual, as pendências existentes, as providências necessárias à conclusão do objeto e eventual responsabilidade pelo atraso.

8.3. DA EFICÁCIA

8.3.1. A eficácia do contrato/empenho estará condicionada à publicação do seu extrato no Diário Oficial do Estado do Acre.

8.3.2. A divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP) é condição indispensável para a eficácia do contrato e de seus aditamentos e deverá ocorrer nos seguintes prazos, contados da data de sua assinatura:

8.3.3. 20 (vinte) dias úteis, no caso de licitação.

8.4. DA PUBLICIDADE

8.4.1. A CONTRATANTE providenciará a publicação do extrato do Contrato no Diário Oficial do Estado do Acre e a divulgação do instrumento contratual no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP, nos prazos e condições previstos na legislação aplicável, no Decreto Estadual nº 11.363/2023 e no Termo de Referência.

8.4.2. Também deverão ser divulgados, quando cabível, os respectivos termos aditivos, apostilamentos, instrumentos equivalentes e demais atos exigidos pela legislação aplicável, especialmente aqueles necessários à transparência, controle e eficácia dos atos contratuais.

8.4.3. A publicidade do Contrato e de seus aditamentos não exime a CONTRATADA do cumprimento das obrigações assumidas, nem afasta sua responsabilidade pela entrega dos bens, instalação dos equipamentos, execução dos serviços, garantia, assistência técnica, suporte e demais obrigações contratuais.

8.5. DAS OBRIGAÇÕES REMANESCENTES

8.5.1. Permanecerão exigíveis após o término da vigência contratual todas as obrigações que, por sua natureza, devam subsistir, especialmente as relativas à garantia dos veículos, baterias, sistemas elétricos ou híbridos, estações de recarga, instalação, assistência técnica, suporte, logística reversa, correção de vícios, substituição de bens, refazimento de serviços, complementação de documentos técnicos e responsabilização por danos.

8.5.2. O término da vigência contratual não prejudicará o direito da Administração de exigir da CONTRATADA o cumprimento das obrigações pendentes, a apuração de responsabilidade por eventual inadimplemento e a aplicação das sanções administrativas cabíveis, quando configurado descumprimento contratual.

8.5.3. As obrigações de garantia, assistência técnica, suporte e logística reversa observarão os prazos próprios previstos no Termo de Referência, na proposta da CONTRATADA, nos manuais dos fabricantes, nos certificados de garantia e na legislação aplicável, ainda que superiores ao prazo de vigência contratual.

9. CLÁUSULA NONA - DA ORDEM DE FORNECIMENTO/SERVIÇO E DO INÍCIO DA EXECUÇÃO

9.1. A entrega dos veículos, a instalação das estações de recarga e a execução do serviço técnico de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica dependerão de prévia emissão de Ordem de Fornecimento, Ordem de Serviço, nota de empenho, contrato ou instrumento equivalente pelo órgão CONTRATANTE, observadas as condições previstas neste Contrato, no Edital, na Ata de Registro de Preços, na proposta da CONTRATADA e, especialmente, nos itens 19.4 a 19.7 do Termo de Referência.

9.2. O início da execução contratual ocorrerá após a assinatura do Contrato e a emissão da respectiva Ordem de Fornecimento/Serviço ou instrumento equivalente, observada a eficácia contratual e as condições previstas nos itens 19.2 e 19.3 do Termo de Referência.

9.3. Para os veículos e estações de recarga, a CONTRATADA deverá observar o prazo máximo de entrega e implantação previsto no item 19.4.2 do Termo de Referência, contado a partir da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Fornecimento, conforme definido pela Administração.

9.4. A entrega dos veículos e das estações de recarga deverá observar os locais e condições indicados nos itens 19.4.4 e 19.4.5 do Termo de Referência, bem como as condições específicas de entrega dos veículos previstas no item 19.4.6 e das estações de recarga previstas no item 19.4.7.

9.5. O serviço técnico de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente terá início após o recebimento da respectiva Ordem de Serviço pela CONTRATADA, devendo ser executado no prazo e nas etapas previstas nos itens 19.5, 19.6 e 19.7 do Termo de Referência.

9.6. A vistoria inicial, instalação do analisador de energia, monitoramento elétrico, retirada do equipamento, elaboração e entrega do relatório técnico conclusivo, eventuais correções ou complementações e recebimento definitivo do

serviço deverão observar, respectivamente, os itens 19.7.1 a 19.7.6 do Termo de Referência.

9.7. A execução de qualquer entrega, instalação ou serviço sem prévia autorização formal da Administração não gerará obrigação de pagamento pela CONTRATANTE, salvo se houver reconhecimento expresso e posterior validação pela autoridade competente.

9.8. A CONTRATADA deverá comunicar formalmente à Administração qualquer fato que possa comprometer o cumprimento dos prazos ou condições estabelecidas na Ordem de Fornecimento/Serviço, aplicando-se, quando cabível, o disposto no item 19.4.3 do Termo de Referência.

9.9. O descumprimento injustificado dos prazos, etapas, condições de entrega, instalação ou execução previstos na Ordem de Fornecimento/Serviço, neste Contrato e no Termo de Referência sujeitará a CONTRATADA às sanções administrativas cabíveis, sem prejuízo da obrigação de correção, complementação, substituição ou refazimento do objeto, quando necessário.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - DA REGULARIZAÇÃO, EMPLACAMENTO E DOCUMENTAÇÃO DOS VEÍCULOS

10.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

10.1.1. O fornecimento dos veículos deverá observar as disposições desta Cláusula, do Edital, da Ata de Registro de Preços, deste Contrato e, especialmente, dos itens 16.3.1, 16.22.1, 19.4.1, 19.4.4, 19.4.5 e 19.4.6 do Termo de Referência.

10.1.2. Os veículos deverão ser entregues em modelo de fornecimento “chave na mão”, compreendendo todas as providências necessárias para que sejam recebidos pelo órgão contratante em condições plenas de uso, devidamente regularizados, licenciados, emplacados e acompanhados da documentação exigida.

10.1.3. A CONTRATADA será responsável por todos os atos, custos, taxas, vistorias, encargos, despesas administrativas e demais providências necessárias ao primeiro registro, licenciamento e emplacamento dos veículos, sem qualquer ônus adicional para a CONTRATANTE, conforme item 16.22.1, incisos II e III, do Termo de Referência.

10.2. DA REGULARIZAÇÃO E DO PRIMEIRO EMPLACAMENTO

10.2.1. Os veículos deverão ser entregues devidamente registrados e licenciados junto ao DETRAN/AC, com primeiro emplacamento em nome do órgão contratante, observadas as exigências constantes dos itens 16.3.1, inciso II, 16.22.1, inciso II, e 19.4.6.1 do Termo de Referência.

10.2.2. O emplacamento deverá ocorrer na categoria oficial, com placa no padrão MERCOSUL, quando aplicável, em nome do órgão público adquirente indicado na respectiva Ordem de Fornecimento, contrato, nota de empenho ou instrumento equivalente.

10.2.3. Não serão aceitos veículos entregues com pendência de registro, licenciamento, emplacamento, regularização documental ou qualquer restrição que impeça sua imediata utilização pela Administração.

10.3. DA DOCUMENTAÇÃO OBRIGATÓRIA

10.3.1. No ato da entrega, a CONTRATADA deverá apresentar, no mínimo, o Certificado de Registro e Licenciamento de Veículo – CRLV-e, em nome do órgão contratante, bem como os demais documentos necessários à comprovação da regularidade do veículo, conforme itens 16.22.1, inciso II, e 19.4.6.1 do Termo de Referência.

10.3.2. Os veículos deverão ser entregues acompanhados dos manuais do proprietário, manuais de operação em língua portuguesa, termos de garantia, documentação técnica, catálogos de peças, guia rápido de utilização, chave reserva, ferramentas, acessórios e demais itens fornecidos pelo fabricante, conforme itens 16.22.1, inciso V, e 19.4.6.1 do Termo de Referência.

10.3.3. A ausência, insuficiência ou desconformidade de qualquer documento exigido poderá impedir o recebimento definitivo do veículo e o respectivo pagamento, até que a CONTRATADA promova a regularização integral da pendência.

10.4. DAS CONDIÇÕES MÍNIMAS DOS VEÍCULOS NO ATO DA ENTREGA

10.4.1. Os veículos deverão ser entregues novos, zero quilômetro, sem uso anterior, sem registro ou licenciamento anterior, com ano/modelo correspondente ao exercício vigente ou superior, em conformidade com o item 16.3.1, incisos I e III, e com o item 19.4.6.1 do Termo de Referência.

10.4.2. Os veículos deverão ser entregues com todos os equipamentos obrigatórios exigidos pela legislação de trânsito vigente, em conformidade com o Código de Trânsito Brasileiro, resoluções do CONTRAN, normas do CONAMA, PROCONVE, regulamentações do INMETRO e demais normas técnicas aplicáveis, conforme item 16.3.1, incisos V e VI, do Termo de Referência.

10.4.3. Os veículos deverão ser entregues com tanque de combustível abastecido, quando aplicável, e bateria totalmente carregada, nos termos do item 19.4.6.1 do Termo de Referência.

10.4.4. O fornecimento deverá incluir todos os acessórios, ferramentas, chave reserva e demais itens fornecidos pelo fabricante, não sendo admitida a entrega de veículo incompleto, avariado, com ausência de item obrigatório ou em desconformidade com a proposta e com as especificações contratadas.

10.5. DAS REVISÕES PREVENTIVAS INICIAIS

10.5.1. Deverão estar incluídas no fornecimento, sem custos adicionais para a Administração, as 03 (três) primeiras revisões preventivas obrigatórias, compreendendo peças, fluidos e mão de obra, conforme a periodicidade e os itens previstos no manual do fabricante, a serem executadas em rede de assistência técnica autorizada no Estado do Acre, nos termos do item 16.22.1, inciso IV, do Termo de Referência.

10.5.2. A CONTRATADA deverá informar à Administração, no ato da entrega, os prazos, quilometragens, condições e locais de realização das revisões preventivas obrigatórias, bem como os canais de atendimento da rede autorizada.

10.5.3. A não realização das revisões iniciais por falha imputável à CONTRATADA, à fabricante, à concessionária ou à rede autorizada não poderá acarretar perda de garantia, ônus adicional ou prejuízo ao órgão contratante.

10.6. DA RESPONSABILIDADE POR PENDÊNCIAS E IRREGULARIDADES

10.6.1. A CONTRATADA responderá integralmente por qualquer pendência documental, administrativa, tributária, de registro, licenciamento, emplacamento, vistoria, garantia ou regularização que impeça ou restrinja o uso regular do veículo pelo órgão contratante.

10.6.2. Identificada pendência ou irregularidade na documentação, no licenciamento, no emplacamento, nos acessórios obrigatórios, nos manuais, nos termos de garantia ou nas condições de entrega, a CONTRATADA deverá promover a regularização, substituição ou complementação necessária, às suas expensas, no prazo

10.6.3. O recebimento provisório do veículo não afasta a obrigação da CONTRATADA de sanar pendências posteriormente identificadas, nem exclui sua responsabilidade por vícios, defeitos, inconsistências documentais ou desconformidades verificadas pela Administração.

10.6.4. O descumprimento das obrigações previstas nesta Cláusula poderá ensejar a rejeição do veículo, a suspensão do pagamento, a exigência de substituição ou regularização e a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DA INSTALAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE RECARGA

11.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

11.1.1. A instalação das estações de recarga deverá observar as disposições desta Cláusula, do Edital, da Ata de Registro de Preços, deste Contrato e, especialmente, dos itens 16.6, 16.6.1, 16.6.2, 16.22.2, 19.4.1, 19.4.2, 19.4.4, 19.4.7 e 16.24 do Termo de Referência.

11.1.2. A estação de recarga deverá ser entregue, instalada, testada e disponibilizada em pleno funcionamento no local indicado pelo órgão contratante, com todos os acessórios, materiais, dispositivos de proteção elétrica, documentação técnica e condições necessárias à sua utilização regular pela Administração.

11.1.3. Onde o Termo de Referência fizer menção à SEPLAN, a obrigação deverá ser interpretada, para fins de execução contratual, como aplicável ao respectivo órgão ou entidade contratante, participante da IRP ou aderente da Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

11.2. DOS REQUISITOS TÉCNICOS DAS ESTAÇÕES DE RECARGA

11.2.1. A estação de recarga do tipo Wall Box 7,4 kW deverá atender integralmente aos requisitos técnicos previstos no item 16.6.1 do Termo de Referência, incluindo potência nominal, alimentação elétrica, corrente nominal, padrão de recarga, conector, grau de proteção, proteções elétricas integradas, conectividade, controle de acesso e certificações exigidas.

11.2.2. A estação de recarga do tipo Wall Box 30 kW deverá atender integralmente aos requisitos técnicos previstos no item 16.6.2 do Termo de Referência, incluindo potência nominal, alimentação trifásica, corrente nominal, padrão de recarga, conector, grau de proteção, dispositivos de segurança, conectividade, protocolo de comunicação, controle de acesso e certificações exigidas.

11.2.3. A instalação deverá ser executada por profissional legalmente habilitado, com emissão da respectiva ART ou RRT, observadas as exigências dos itens 16.6.1, inciso II, 16.6.2, inciso II, e 16.22.2, inciso II, do Termo de Referência.

11.3. DO PROJETO ELÉTRICO EXECUTIVO, ART E HOMOLOGAÇÃO

11.3.1. A CONTRATADA será responsável pelo fornecimento do Projeto Elétrico Executivo, assinado por engenheiro eletricista com a devida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART, contemplando o dimensionamento, a instalação física e, quando exigível, a homologação técnica da estação de recarga junto à concessionária de energia local, conforme item 16.22.2, inciso II, do Termo de Referência.

11.3.2. O projeto e a instalação deverão garantir a conformidade com as normas da ABNT, padrões da concessionária local de energia, normas do INMETRO, exigências de segurança elétrica e padrões de segurança da rede elétrica da edificação, conforme itens 16.22.2, incisos II e III, e 19.4.7.1 do Termo de Referência.

11.3.3. A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização, antes do recebimento definitivo, a ART ou RRT, projeto ou documentação técnica exigível, manuais técnicos, certificado de garantia e documentação de conformidade técnica do

equipamento instalado, conforme itens 16.22.2, 19.4.7.1 e 16.24 do Termo de Referência.

11.4. DOS MATERIAIS, EQUIPAMENTOS E MÃO DE OBRA

11.4.1. O fornecimento da estação de recarga inclui todos os materiais, equipamentos, acessórios e mão de obra necessários à ligação do dispositivo à rede elétrica e ao seu pleno funcionamento, inclusive cabos, disjuntores, dispositivos de proteção, suportes, conectores, fixadores e demais itens indispensáveis à instalação, conforme itens 16.22.2, inciso III, e 19.4.7.2 do Termo de Referência.

11.4.2. O transporte, descarga, instalação, configuração, testes e eventual adequação elétrica necessária à operação da estação de recarga são de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem ônus adicional à CONTRATANTE, conforme item 19.4.7.1 do Termo de Referência.

11.4.3. Não será admitida a cobrança adicional por materiais, equipamentos, ferramentas, mão de obra, deslocamento, instalação, testes ou providências necessárias ao pleno funcionamento da estação de recarga, salvo hipótese expressamente prevista no Termo de Referência, no Edital ou previamente autorizada pela Administração.

11.5. DAS CONDIÇÕES DO LOCAL DE INSTALAÇÃO

11.5.1. A instalação ocorrerá no local indicado pelo órgão contratante, observado o disposto nos itens 19.4.4, 19.4.5 e 19.4.7 do Termo de Referência.

11.5.2. Caberá à CONTRATANTE disponibilizar ponto de energia elétrica em baixa tensão próximo ao local de instalação da estação de recarga, com capacidade de carga preliminar compatível com o equipamento solicitado, conforme item 16.22.2, inciso V, do Termo de Referência.

11.5.3. Caberá à CONTRATANTE garantir o livre acesso dos técnicos da CONTRATADA ao local de instalação, observadas as normas de segurança, identificação institucional e controle de acesso do órgão, conforme item 16.22.2, inciso VI, do Termo de Referência.

11.5.4. Caberá à CONTRATANTE fornecer as informações disponíveis sobre a planta elétrica da edificação, quando existentes e necessárias, para subsidiar o projeto de instalação e a eventual homologação junto à concessionária de energia, conforme item 16.22.2, inciso VII, do Termo de Referência.

11.6. DAS ADEQUAÇÕES DE INFRAESTRUTURA ELÉTRICA

11.6.1. Eventuais adequações de infraestrutura elétrica deverão ser previamente avaliadas, justificadas tecnicamente e alinhadas com a Administração, conforme item 16.22.2, inciso IX, do Termo de Referência.

11.6.2. Caso a instalação dependa de reforço de rede, aumento de demanda, adequação de transformadores, redimensionamento de condutores, substituição ou instalação de dispositivos de proteção, adequação de aterramento, adequação de QGBT ou providências junto à concessionária de energia ou ao Corpo de Bombeiros, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente a fiscalização, apresentando justificativa técnica e documentação correspondente.

11.6.3. A CONTRATADA não poderá executar intervenção extraordinária na infraestrutura elétrica da unidade sem autorização prévia da Administração, sem prejuízo da obrigação de instalar a estação de recarga conforme as condições contratadas e as normas técnicas aplicáveis.

11.7. DO PRAZO DE ENTREGA E IMPLANTAÇÃO

11.8. O prazo máximo para entrega e implantação da estação de recarga será de até 60 (sessenta) dias úteis, contados da assinatura do contrato ou da emissão da Ordem de Fornecimento, salvo prazo diverso devidamente justificado e aceito pela Administração, conforme item 19.4.2 do Termo de Referência.

11.9. Caso ocorra impossibilidade comprovada de cumprimento do prazo por motivo de força maior ou caso fortuito, a CONTRATADA deverá comunicar formalmente à Administração, apresentando justificativa técnica e documentação comprobatória, para análise de eventual prorrogação, conforme item 19.4.3 do Termo de Referência.

11.10. DOS TESTES, FUNCIONAMENTO E RECEBIMENTO

11.10.1. A estação de recarga somente será considerada apta ao recebimento definitivo após estar instalada no local indicado, devidamente conectada à rede elétrica da unidade administrativa, testada e em pleno funcionamento, com todos os acessórios necessários à sua utilização, conforme item 19.4.7.1 do Termo de Referência.

11.10.2. O recebimento definitivo ficará condicionado à realização dos testes funcionais de carga elétrica e à verificação da compatibilidade total entre os veículos e a estação de recarga, conforme item 16.24, inciso I, do Termo de Referência.

11.10.3. A fiscalização poderá exigir testes adicionais, registros fotográficos, relatório de instalação, comprovação de funcionamento, documentação técnica, certificado de garantia e demais elementos necessários à comprovação da conformidade da estação de recarga.

11.11. DAS NÃO CONFORMIDADES E CORREÇÕES

11.11.1. Eventuais irregularidades, avarias, falhas de instalação, ausência de documentação, desconformidades técnicas, incompatibilidade elétrica, mau funcionamento ou ausência de acessórios necessários à utilização deverão ser sanados pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, mediante substituição do bem, correção da instalação ou complementação do serviço, sem custos adicionais à Administração, conforme item 16.24, inciso II, do Termo de Referência.

11.11.2. A estação de recarga instalada em desacordo com as especificações do Termo de Referência, com a proposta da CONTRATADA, com as normas técnicas aplicáveis ou com as orientações da fiscalização poderá ser rejeitada, no todo ou em parte, até sua completa regularização.

11.11.3. O recebimento provisório ou definitivo da estação de recarga não exclui a responsabilidade da CONTRATADA por vícios, defeitos, falhas de instalação, incompatibilidade técnica, ausência de segurança elétrica, descumprimento das normas aplicáveis ou necessidade de correção posterior durante o período de garantia.

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - DO SERVIÇO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA

12.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

12.1.1. O serviço técnico de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente será executado pela CONTRATADA na unidade indicada pelo órgão contratante, com a finalidade de verificar a viabilidade técnica de atendimento às estações de recarga AC ou DC, observadas as disposições desta Cláusula, do Edital, da Ata de Registro de Preços, deste Contrato e, especialmente, dos itens 16.7 a 16.20 e 19.5 a 19.7.6 do Termo de Referência.

12.1.2. O serviço compreende, no mínimo, vistoria técnica presencial, diagnóstico da situação elétrica atual, instalação e retirada de analisador de energia, monitoramento elétrico, análise termográfica, tratamento e tabulação dos dados, avaliação da viabilidade de implantação das estações de recarga, elaboração de relatório técnico conclusivo, emissão da respectiva ART e demais entregas previstas no Termo de Referência, conforme itens 16.8 a 16.20.

12.1.3. O serviço de avaliação da infraestrutura elétrica deverá ser executado previamente à instalação das estações de recarga, quando necessário à confirmação da viabilidade técnica da unidade administrativa, nos termos da lógica prevista no item 17.3.4 do Termo de Referência.

12.2. DO RESPONSÁVEL TÉCNICO E DA ART

12.2.1. O serviço deverá ser executado por empresa ou profissional legalmente habilitado na área de engenharia elétrica, com registro regular no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA, devendo ser emitida Anotação de Responsabilidade Técnica – ART específica para o estudo de viabilidade, análise de demanda elétrica e avaliação da infraestrutura necessária à implantação das estações de recarga, conforme item 16.8 do Termo de Referência.

12.2.2. A CONTRATADA deverá apresentar à fiscalização, juntamente com o relatório técnico conclusivo, a respectiva ART, sem prejuízo de outros documentos técnicos exigidos no Termo de Referência, especialmente nos itens 16.17, 16.19, 16.20 e 19.7.4.1.

12.3. DA VISTORIA TÉCNICA E DO LEVANTAMENTO DA INFRAESTRUTURA

12.3.1. A CONTRATADA deverá realizar vistoria técnica presencial na unidade indicada pelo órgão contratante, com levantamento das condições atuais da instalação elétrica, observando os elementos mínimos previstos nos itens 16.9.1 a 16.9.11 do Termo de Referência.

12.3.2. A avaliação deverá considerar, no mínimo, a classificação da unidade consumidora, demanda contratada, carga instalada, perfil real de consumo da edificação, picos de demanda, margem disponível para acréscimo de novas cargas e possibilidade de atendimento às estações de recarga pretendidas, conforme itens 16.10.1 a 16.10.6 do Termo de Referência.

12.3.3. A vistoria inicial e a instalação do analisador de energia deverão ocorrer no prazo previsto no item 19.7.1.1 do Termo de Referência, contado do recebimento da respectiva Ordem de Serviço.

12.4. DO MONITORAMENTO ELÉTRICO E DA ANÁLISE TERMOGRÁFICA

12.4.1. A CONTRATADA deverá utilizar analisador de energia trifásico ou equipamento equivalente, devidamente calibrado e adequado à finalidade do estudo, instalado em ponto tecnicamente apropriado da instalação elétrica, preferencialmente na entrada principal de energia ou no QGBT, conforme item 16.11 do Termo de Referência.

12.4.2. O equipamento de medição deverá permanecer instalado pelo período mínimo previsto no item 16.12 e na etapa de monitoramento constante do item 19.7.2.1 do Termo de Referência, permitindo a coleta de dados reais de funcionamento da unidade consumidora.

12.4.3. Durante o monitoramento, deverão ser coletados e analisados, no mínimo, os parâmetros indicados nos itens 16.13.1 a 16.13.12 do Termo de Referência, incluindo tensão, corrente, potência ativa, potência reativa, potência aparente, demanda máxima medida, fator de potência, curva de carga, comportamento da demanda, picos de consumo e balanceamento das fases.

12.4.4. A CONTRATADA deverá realizar análise termográfica do QGBT principal e, quando tecnicamente aplicável, dos quadros, conexões, barramentos, alimentadores e demais pontos críticos identificados durante a vistoria, conforme item 16.14 do Termo de Referência.

12.5. DA AVALIAÇÃO DE VIABILIDADE TÉCNICA

12.5.1. O estudo deverá avaliar expressamente a viabilidade técnica de implantação das estações de recarga previstas no Termo de Referência, inclusive quanto à possibilidade de atendimento de carregadores AC e DC, necessidade de reforço de rede, aumento de demanda contratada, adequação de transformadores, redimensionamento de condutores, substituição ou instalação de dispositivos de proteção, adequação do aterramento, adequação do QGBT e eventuais intervenções exigidas pela concessionária de energia ou pelo Corpo de Bombeiros, conforme item 16.15 do Termo de Referência.

12.5.2. A análise técnica deverá observar, no que couber, a ABNT NBR 5410, a ABNT NBR 17019, as normas IEC aplicáveis aos sistemas de recarga de veículos elétricos, os padrões técnicos da concessionária local de energia elétrica, especialmente da Energisa, e as diretrizes do Corpo de Bombeiros Militar do Estado do Acre, conforme itens 16.16.1 a 16.16.5 do Termo de Referência.

12.6. DO RELATÓRIO TÉCNICO CONCLUSIVO

12.6.1. Após o período de monitoramento, a CONTRATADA deverá retirar o equipamento, tratar os dados coletados e elaborar relatório técnico conclusivo, conforme item 19.7.3.1 do Termo de Referência.

12.6.2. O relatório técnico conclusivo deverá conter, no mínimo, todos os elementos previstos nos itens 16.17.1 a 16.17.17 do Termo de Referência, incluindo identificação da unidade avaliada, responsável técnico, metodologia, equipamentos de medição, período de monitoramento, registros das medições, gráficos ou tabelas de demanda e consumo, análise da curva de carga, balanceamento das fases, qualidade da energia, análise termográfica, diagnóstico da situação elétrica atual, capacidade disponível para novas cargas, conclusão expressa sobre a viabilidade ou inviabilidade da instalação das estações de recarga AC ou DC, adequações necessárias e recomendações técnicas.

12.6.3. O relatório deverá ser conclusivo, objetivo e suficiente para subsidiar a decisão administrativa quanto à implantação das estações de recarga, devendo indicar de forma clara se a infraestrutura atual suporta a instalação pretendida ou se dependerá de adequações prévias, não sendo aceitos relatórios genéricos, meramente descritivos ou sem conclusão técnica expressa, conforme item 16.18 do Termo de Referência.

12.6.4. O relatório técnico conclusivo deverá ser entregue no prazo previsto no item 19.7.4.1 do Termo de Referência, acompanhado da respectiva ART, dos registros das medições e, quando aplicável, dos registros da análise termográfica.

12.7. DOS PRAZOS DE EXECUÇÃO

12.7.1. O prazo total para execução do serviço será de até 45 (quarenta e cinco) dias corridos, contados do recebimento da Ordem de Serviço pela CONTRATADA, conforme item 19.6 do Termo de Referência.

12.7.2. A execução deverá observar as etapas previstas nos itens 19.7.1 a 19.7.6 do Termo de Referência, compreendendo vistoria inicial e instalação do equipamento, monitoramento elétrico, retirada do equipamento e elaboração do relatório, entrega do relatório técnico, eventuais correções ou complementações e recebimento definitivo.

12.7.3. Caso a fiscalização identifique falhas, omissões ou necessidade de complementação, a CONTRATADA deverá realizar os ajustes no prazo previsto no item 19.7.5.1 do Termo de Referência, sem ônus adicional para a Administração.

12.8. DOS EQUIPAMENTOS, CUSTOS E MEIOS NECESSÁRIOS À EXECUÇÃO

12.8.1. A CONTRATADA deverá fornecer todos os equipamentos, instrumentos, softwares, mão de obra técnica, deslocamentos, instalação e retirada do analisador de energia, registros fotográficos, registros termográficos, tratamento e tabulação dos dados, relatório técnico conclusivo e ART, sem custos adicionais para a Administração, conforme item 16.19 do Termo de Referência.

12.8.2. Todos os custos necessários à execução integral do serviço deverão estar incluídos no preço contratado, não sendo admitida cobrança adicional por equipamentos, deslocamentos, medições, registros, softwares, mão de obra técnica, emissão de ART, elaboração de relatório, complementações ou refazimento decorrente de falha da CONTRATADA.

12.9. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO

12.9.1. O recebimento do serviço ficará condicionado à entrega do relatório técnico conclusivo, da respectiva ART, dos registros de medição, dos registros ou imagens termográficas, quando aplicáveis, e da manifestação da fiscalização técnica atestando que o serviço foi executado em conformidade com os requisitos estabelecidos no Termo de Referência, conforme item 16.20.

12.9.2. O serviço somente será recebido definitivamente após a aprovação do relatório técnico pela fiscalização, com confirmação de que foram atendidos todos os requisitos previstos no Termo de Referência, conforme item 19.7.6.1.

12.9.3. A aprovação do relatório técnico não afasta a responsabilidade da CONTRATADA por erro técnico, omissão relevante, inconsistência de dados, falha de medição, ausência de ART, deficiência de análise, conclusão inadequada ou qualquer desconformidade posteriormente identificada pela Administração ou por órgão de controle.

12.9.4. O descumprimento injustificado das obrigações previstas nesta Cláusula poderá ensejar a rejeição do serviço, a exigência de correção ou complementação do relatório, a suspensão do pagamento correspondente e a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA - DA ENTREGA TÉCNICA E CAPACITAÇÃO

13.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

13.2. A CONTRATADA, na qualidade de responsável pelo fornecimento dos veículos, deverá realizar Entrega Técnica detalhada, destinada aos motoristas, gestores de frota e demais servidores indicados pelo órgão CONTRATANTE, observadas as disposições desta Cláusula, do Edital, da Ata de Registro de Preços, deste Contrato e, especialmente, do item 16.23 do Termo de Referência.

13.3. A Entrega Técnica tem por finalidade orientar os usuários quanto às características operacionais, tecnológicas e de segurança dos veículos elétricos e híbridos fornecidos, bem como quanto ao uso adequado dos sistemas de recarga e demais funcionalidades específicas da solução contratada.

13.4. Onde o Termo de Referência fizer menção à SEPLAN, a obrigação deverá ser interpretada, para fins de execução contratual, como aplicável ao respectivo órgão ou entidade CONTRATANTE, participante da IRP ou aderente da Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

13.5. DA CARGA HORÁRIA MÍNIMA

13.6. A Entrega Técnica deverá possuir carga horária mínima de 01 (uma) hora, conforme previsto no item 16.23 do Termo de Referência.

13.7. A carga horária mínima poderá ser ampliada, sem ônus adicional para a Administração, quando a complexidade do veículo, do sistema de recarga, dos recursos tecnológicos embarcados ou das dúvidas apresentadas pelos servidores indicados assim exigir.

13.8. DO PÚBLICO DESTINATÁRIO

13.9. A Entrega Técnica será destinada, preferencialmente, aos motoristas, gestores de frota, fiscais do contrato, servidores responsáveis pelo controle patrimonial e demais agentes públicos indicados pelo órgão CONTRATANTE.

13.10. Caberá ao órgão CONTRATANTE indicar previamente os servidores que participarão da Entrega Técnica, bem como disponibilizar local, horário e condições necessárias à sua realização.

13.11. A ausência de servidores indicados pelo órgão CONTRATANTE, quando devidamente comprovada, não afastará a obrigação da CONTRATADA de reagendar a Entrega Técnica uma única vez, em data e horário ajustados com a fiscalização contratual.

13.12. DO CONTEÚDO MÍNIMO DA ENTREGA TÉCNICA

13.12.1. A Entrega Técnica deverá abordar, no mínimo, os conteúdos previstos no item 16.23 do Termo de Referência, especialmente:

- 13.12.1.1. especificidades da condução de veículos eletrificados;
- 13.12.1.2. funcionamento e utilização do sistema de frenagem regenerativa;
- 13.12.1.3. procedimentos seguros de recarga;
- 13.12.1.4. interpretação dos alertas do painel;
- 13.12.1.5. protocolos de segurança e emergência.

13.12.2. A CONTRATADA deverá apresentar, ainda, orientações básicas sobre autonomia, boas práticas de condução, cuidados com a bateria, uso dos modos de condução, operação dos conectores de recarga, abertura e fechamento do processo de carregamento, cuidados com cabos e acessórios e demais informações necessárias ao uso seguro e eficiente dos veículos.

13.12.3. Quando houver fornecimento de estação de recarga no mesmo contrato, a Entrega Técnica deverá contemplar orientação prática sobre a utilização segura do equipamento, sem prejuízo dos testes funcionais exigidos para o recebimento definitivo.

13.13. DA FORMA DE REALIZAÇÃO

13.13.1. A Entrega Técnica deverá ser realizada de forma presencial, no local de entrega dos veículos ou em outro local indicado pelo órgão CONTRATANTE, preferencialmente no momento da entrega dos bens ou antes do início de sua utilização regular.

13.13.2. A CONTRATADA deverá disponibilizar profissional capacitado para prestar as orientações necessárias, responder aos questionamentos dos servidores indicados e demonstrar, sempre que possível, as funcionalidades essenciais dos veículos e dos sistemas de recarga.

13.13.3. A Entrega Técnica deverá utilizar linguagem clara, objetiva e compatível com o público participante, sem prejuízo da entrega dos manuais, guias rápidos, termos de garantia e demais documentos técnicos em língua portuguesa, conforme previsto no Termo de Referência.

13.14. **DA COMPROVAÇÃO DA ENTREGA TÉCNICA**

13.14.1. A realização da Entrega Técnica deverá ser comprovada mediante documento próprio, lista de presença, ata, relatório, termo de realização ou documento equivalente, contendo, no mínimo:

13.14.1.1. data, horário e local da realização;

13.14.1.2. identificação do órgão CONTRATANTE;

13.14.1.3. identificação dos veículos abrangidos;

13.14.1.4. nome e assinatura dos participantes;

13.14.1.5. nome e identificação do responsável pela orientação técnica;

13.14.1.6. conteúdo mínimo abordado;

13.14.1.7. registro de eventuais ocorrências, dúvidas relevantes ou recomendações adicionais.

13.14.2. A comprovação da Entrega Técnica deverá ser juntada aos autos da execução contratual e encaminhada à fiscalização, podendo constituir condição para o recebimento definitivo dos veículos, quando assim definido pelo órgão CONTRATANTE.

13.15. **DA RELAÇÃO COM O RECEBIMENTO DEFINITIVO**

13.15.1. O recebimento definitivo dos veículos poderá ficar condicionado à realização da Entrega Técnica, especialmente quando a fiscalização entender necessária a comprovação de que os usuários indicados receberam as orientações mínimas para utilização segura e adequada dos bens.

13.15.2. A Entrega Técnica não substitui os testes funcionais, a verificação documental, a conferência dos equipamentos obrigatórios, a análise das condições de garantia ou qualquer outro requisito de recebimento previsto no Termo de Referência, especialmente no item 16.24.

13.16. **DO DESCUMPRIMENTO**

13.16.1. A ausência de realização da Entrega Técnica, sua realização de forma incompleta, a falta de comprovação ou o descumprimento da carga horária mínima prevista poderá ensejar a suspensão do recebimento definitivo, a retenção do pagamento correspondente, a exigência de regularização e a aplicação das sanções administrativas cabíveis.

13.16.2. A CONTRATADA deverá refazer ou complementar a Entrega Técnica, sem ônus adicional para a Administração, sempre que constatado que o conteúdo mínimo não foi abordado, que não houve participação dos servidores indicados por falha imputável à CONTRATADA ou que a orientação prestada foi insuficiente para o uso seguro dos veículos e equipamentos.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DA GARANTIA DOS VEÍCULOS, BATERIAS, ESTAÇÕES E SERVIÇOS

14.1. **DAS DISPOSIÇÕES GERAIS**

14.1.1. A CONTRATADA deverá assegurar garantia integral dos veículos, baterias, sistemas elétricos ou híbridos, estações de recarga, instalação dos equipamentos e serviços técnicos executados, observadas as disposições desta Cláusula, do Edital, da Ata de Registro de Preços, deste Contrato e, especialmente, dos itens 16.3.4, 16.4.1.1, inciso XI, 16.5.1.1, inciso XII, 16.21, 16.24 e 29.1, incisos XI a XVI, do Termo de Referência.

14.1.2. Os prazos de garantia serão contados a partir do recebimento definitivo do respectivo bem, equipamento ou serviço pela fiscalização contratual, salvo quando houver prazo superior previsto em manual do fabricante, certificado de garantia, proposta da CONTRATADA, legislação aplicável ou outro documento técnico, hipótese em que prevalecerá o maior prazo.

14.1.3. A garantia abrange a obrigação de reparar, corrigir, substituir, remover, reinstalar, complementar ou refazer, sem ônus adicional para a Administração, todo bem, equipamento, componente, instalação ou serviço que apresente vício, defeito, falha, desconformidade, mau funcionamento, incompatibilidade técnica ou descumprimento das especificações contratadas.

14.2. **DA GARANTIA DOS VEÍCULOS**

14.2.1. Os veículos deverão possuir garantia mínima de 36 (trinta e seis) meses, observadas as condições de garantia praticadas pelo fabricante no mercado nacional, contada a partir do recebimento definitivo do veículo, conforme

item 16.3.4.1, inciso I, do Termo de Referência.

14.2.2. A garantia dos veículos deverá abranger, no mínimo, defeitos de fabricação, falhas de funcionamento, vícios de qualidade, desconformidades técnicas, componentes originais, sistemas de segurança, sistemas eletrônicos embarcados, conjunto motriz e demais elementos cobertos pela garantia do fabricante.

14.2.3. A CONTRATADA deverá entregar os veículos acompanhados dos respectivos certificados de garantia, manuais, termos de cobertura, orientações de uso, rede de assistência técnica e demais documentos técnicos fornecidos pelo fabricante.

14.2.4. A realização de serviços, revisões, reparos ou substituições em garantia não poderá gerar qualquer ônus adicional à CONTRATANTE, quando decorrente de vício, defeito, falha de fabricação, desconformidade técnica ou obrigação assumida pela CONTRATADA, fabricante, concessionária ou rede autorizada.

14.3. DA GARANTIA DAS BATERIAS E DOS SISTEMAS ELÉTRICOS OU HÍBRIDOS

14.3.1. As baterias de tração, sistemas elétricos, sistemas híbridos, conjunto motriz eletrificado, módulos de controle, sistemas de recarga embarcados e demais componentes específicos dos veículos elétricos ou híbridos deverão possuir garantia específica conforme padrão praticado pelo fabricante no mercado nacional, nos termos do item 16.3.4.1, inciso II, do Termo de Referência.

14.3.2. A CONTRATADA deverá informar expressamente, no ato da entrega, o prazo de garantia aplicável às baterias, ao sistema elétrico, ao sistema híbrido e aos demais componentes específicos da tecnologia ofertada, inclusive eventuais condições de manutenção, revisões, limites de quilometragem, perda de capacidade admitida e procedimentos para acionamento da garantia.

14.3.3. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá assegurar o adequado atendimento de falhas relacionadas às baterias, ao sistema elétrico ou híbrido, ao sistema de recarga, ao conjunto motriz e aos demais componentes essenciais ao funcionamento dos veículos, sem prejuízo da responsabilidade do fabricante ou da rede autorizada.

14.3.4. As baterias ou componentes substituídos durante o período de garantia deverão ter destinação ambientalmente adequada, mediante logística reversa, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 e com os itens 16.21 e 29.1, incisos XIV e XVI, do Termo de Referência.

14.4. DA GARANTIA DAS ESTAÇÕES DE RECARGA

14.4.1. As estações de recarga deverão possuir garantia pelo prazo mínimo estabelecido pelo fabricante, contada a partir do recebimento definitivo do equipamento, sem prejuízo de prazo superior previsto na proposta, no certificado de garantia ou na legislação aplicável, conforme item 29.1, inciso XI, do Termo de Referência.

14.4.2. A garantia das estações de recarga deverá abranger, no mínimo, o equipamento, seus componentes, conectores, dispositivos de proteção, sistemas de comunicação, controle de acesso, cabos, módulos internos, falhas de funcionamento e demais elementos integrantes da solução fornecida.

14.4.3. A CONTRATADA deverá entregar à fiscalização os certificados de garantia, manuais técnicos, orientações de uso, documentação de conformidade e canais de suporte técnico referentes às estações de recarga.

14.4.4. Durante a garantia, a CONTRATADA deverá corrigir, reparar ou substituir a estação de recarga, ou seus componentes, sempre que houver vício, defeito, falha de funcionamento, incompatibilidade técnica, desconformidade com as especificações contratadas ou comprometimento da segurança elétrica do equipamento.

14.5. DA GARANTIA DA INSTALAÇÃO DAS ESTAÇÕES DE RECARGA

14.5.1. A garantia da estação de recarga não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela instalação executada, incluindo fixação, conexão elétrica, dispositivos de proteção, suportes, cabos, acessórios, configuração, testes, segurança da instalação e pleno funcionamento do equipamento.

14.5.2. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá corrigir, refazer, adequar ou complementar, sem ônus adicional para a Administração, qualquer falha decorrente de instalação inadequada, erro de dimensionamento, conexão deficiente, ausência de teste, incompatibilidade de material, falha de configuração ou descumprimento das normas técnicas aplicáveis.

14.5.3. A responsabilidade da CONTRATADA pela instalação abrange a observância das normas da ABNT, padrões da concessionária local de energia, diretrizes do Corpo de Bombeiros, normas de segurança elétrica e demais exigências previstas no Termo de Referência.

14.6. DA GARANTIA DO SERVIÇO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA

14.6.1. A CONTRATADA responderá tecnicamente pela qualidade, precisão, suficiência, consistência e conclusão do serviço de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica existente, incluindo medições, análise termográfica, diagnóstico, relatório técnico conclusivo, ART e recomendações apresentadas.

14.6.2. Caso sejam identificadas falhas, omissões, inconsistências técnicas, erros de medição, ausência de conclusão expressa, insuficiência documental ou desconformidade com o Termo de Referência, a CONTRATADA deverá corrigir, complementar ou refazer o relatório técnico e demais documentos, sem ônus adicional para a Administração.

14.6.3. A aprovação do relatório técnico pela fiscalização não afasta a responsabilidade da CONTRATADA por erro técnico, vício oculto, omissão relevante, inconsistência de dados ou conclusão inadequada posteriormente identificada pela Administração, por órgão de controle, pela concessionária de energia ou por autoridade técnica competente.

14.6.4. O serviço técnico somente será considerado satisfatoriamente concluído quando atendidas as exigências de entrega do relatório técnico conclusivo, ART, registros de medição, registros ou imagens termográficas e manifestação da fiscalização técnica, nos termos dos itens 16.17 a 16.20 do Termo de Referência.

14.7. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SUPORTE DURANTE A GARANTIA

14.7.1. A CONTRATADA deverá assegurar a disponibilidade de assistência técnica autorizada no Estado do Acre ou, alternativamente, garantir atendimento técnico adequado sem ônus adicional para a Administração, conforme item 29.1, inciso XII, do Termo de Referência.

14.7.2. Para os veículos, a garantia deverá incluir serviço de assistência 24 horas, compreendendo guincho ou reboque em caso de pane elétrica ou mecânica, com cobertura em todo o território do Estado do Acre, garantindo o deslocamento do veículo até a oficina autorizada mais próxima sem custos para a Administração, conforme item 16.3.4.1, inciso III, do Termo de Referência.

14.7.3. A CONTRATADA deverá prestar suporte técnico necessário à operação dos equipamentos e, quando solicitado, orientar os servidores da CONTRATANTE quanto ao correto uso das estações de recarga, conforme item 29.1, inciso XIII, do Termo de Referência.

14.7.4. A assistência técnica deverá ser prestada de forma compatível com a natureza institucional do objeto, evitando a indisponibilidade prolongada dos veículos ou das estações de recarga e assegurando a continuidade das atividades administrativas do órgão contratante.

14.8. DO ACIONAMENTO DA GARANTIA

14.8.1. A garantia poderá ser acionada pela fiscalização ou gestão contratual sempre que identificado vício, defeito, falha de funcionamento, desconformidade técnica, irregularidade documental, deficiência de instalação, inconsistência no serviço técnico ou qualquer ocorrência que comprometa o uso regular do objeto.

14.8.2. A CONTRATADA deverá atender às solicitações de garantia nos prazos indicados pela fiscalização contratual, observada a natureza da falha, a criticidade do bem ou equipamento, a necessidade de preservação da segurança e a continuidade das atividades administrativas.

14.8.3. Quando a correção depender de fabricante, concessionária, assistência técnica autorizada, fornecedor de componente ou terceiro integrante da cadeia de fornecimento, a CONTRATADA permanecerá responsável perante a Administração pelo acompanhamento, solução e conclusão do atendimento.

14.8.4. A CONTRATADA deverá manter a Administração informada sobre o andamento do atendimento em garantia, apresentando diagnóstico, previsão de solução, providências adotadas e comprovação da correção, reparo, substituição ou refazimento executado.

14.9. DAS IRREGULARIDADES, AVARIAS E DESCONFORMIDADES

14.9.1. Eventuais irregularidades, avarias ou desconformidades identificadas no ato da entrega deverão ser sanadas pela CONTRATADA no prazo máximo de 10 (dez) dias úteis, mediante substituição do bem ou correção do serviço, sem custos adicionais, conforme item 16.24, inciso II, do Termo de Referência.

14.9.2. A correção, substituição, reparo, refazimento ou complementação decorrente de garantia não gerará pagamento adicional à CONTRATADA quando resultar de vício, defeito, falha técnica, instalação inadequada, serviço incompleto, incompatibilidade, ausência de teste, desconformidade com a proposta ou descumprimento das obrigações contratuais.

14.9.3. Caso a CONTRATADA não sane a irregularidade no prazo definido, a Administração poderá adotar as medidas administrativas cabíveis, inclusive rejeição do objeto, retenção de pagamento, execução das providências necessárias por terceiros, quando juridicamente cabível, e aplicação das sanções previstas neste Contrato e na legislação aplicável.

14.10. DA NÃO EXCLUSÃO DE RESPONSABILIDADE

14.10.1. O recebimento provisório ou definitivo dos veículos, baterias, estações de recarga, instalações ou serviços não exclui nem reduz a responsabilidade da CONTRATADA por vícios aparentes ou ocultos, defeitos de fabricação, falhas de instalação, erros técnicos, desconformidades, danos causados à Administração ou a terceiros e demais obrigações decorrentes da garantia.

14.10.2. A garantia contratual, técnica ou de fabricante não afasta a responsabilidade legal da CONTRATADA pela qualidade do objeto fornecido e dos serviços executados, nem impede a aplicação das sanções administrativas cabíveis em caso de descumprimento contratual.

14.10.3. Permanecerão exigíveis, mesmo após o encerramento da vigência contratual, as obrigações relativas à garantia, assistência técnica, correção de vícios, substituição de bens, reparo de equipamentos, correção de instalação, complementação de relatório técnico e logística reversa de baterias ou componentes substituídos durante o período de garantia.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA E SUPORTE DURANTE A GARANTIA

15.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

15.1.1. A CONTRATADA deverá assegurar assistência técnica, manutenção em garantia, suporte técnico e atendimento pós-entrega dos veículos, baterias, sistemas elétricos ou híbridos, estações de recarga e demais componentes fornecidos, observadas as disposições desta Cláusula, do Edital, da Ata de Registro de Preços, deste Contrato e, especialmente, dos itens 16.3.4, 16.4.1.1, inciso XI, 16.5.1.1, inciso XII, 19.10 e 29.1, incisos XI a XIII, do Termo de Referência.

15.1.2. A assistência técnica durante o período de garantia deverá abranger todo o território do Estado do Acre, garantindo atendimento local ou deslocamento para oficinas autorizadas sem ônus para a Administração, conforme item 19.10.1 do Termo de Referência.

15.1.3. O atendimento técnico e toda a logística necessária durante o período de garantia, incluindo transporte, deslocamento, alimentação, hospedagem, remoção, guincho, reboque, envio de peças, retirada e devolução de equipamentos, quando necessários, serão de responsabilidade exclusiva da CONTRATADA, sem custos adicionais para a CONTRATANTE, conforme item 19.10.2 do Termo de Referência.

15.1.4. Onde o Termo de Referência fizer menção à SEPLAN, a obrigação deverá ser interpretada, para fins de execução contratual, como aplicável ao respectivo órgão ou entidade CONTRATANTE, participante da IRP ou aderente da Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

15.2. DA REDE DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA CREDENCIADA

15.2.1. A CONTRATADA deverá disponibilizar, juntamente com a entrega dos veículos e equipamentos, a relação da rede de assistência técnica credenciada, com endereços, telefones, e-mails, canais de atendimento e responsáveis no Estado do Acre, conforme item 19.10.3 do Termo de Referência.

15.2.2. Para os veículos elétricos e híbridos, a CONTRATADA deverá comprovar a existência de concessionárias ou oficinas autorizadas localizadas no Estado do Acre, aptas a realizar manutenções preventivas e corretivas, conforme item 19.10.5.3 do Termo de Referência.

15.2.3. Na hipótese de inexistência, indisponibilidade temporária ou insuficiência de atendimento local, caberá à CONTRATADA garantir solução técnica adequada, inclusive com deslocamento do veículo, equipamento, técnico ou peça necessária, sem ônus adicional para a Administração.

15.3. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DOS VEÍCULOS

15.3.1. A assistência técnica dos veículos deverá compreender o atendimento de falhas mecânicas, elétricas, eletrônicas, de montagem, funcionamento, segurança, sistemas embarcados, conjunto motriz, sistema elétrico ou híbrido, bateria de tração e demais componentes abrangidos pela garantia, conforme itens 16.3.4 e 19.10.5 do Termo de Referência.

15.3.2. A garantia dos veículos deverá incluir serviço de assistência 24 horas, compreendendo guincho ou reboque em caso de pane elétrica ou mecânica, com cobertura em todo o território do Estado do Acre, garantindo o deslocamento do veículo até a oficina autorizada mais próxima sem custos para a Administração, conforme item 16.3.4.1, inciso III, do Termo de Referência.

15.3.3. O atendimento técnico dos veículos deverá ser prestado em horário comercial, das 08h às 12h e das 13h às 17h, em até 24 (vinte e quatro) horas após a abertura do chamado, prorrogável uma única vez por igual período, mediante justificativa formal aceita pela Administração, conforme item 19.10.5.4 do Termo de Referência.

15.3.4. A CONTRATADA deverá assegurar a realização das 03 (três) manutenções preventivas obrigatórias, incluindo peças e serviços, conforme periodicidade indicada no manual de operações do fabricante, nos termos dos itens 16.22.1, inciso IV, e 19.10.5.2 do Termo de Referência.

15.4. DA ASSISTÊNCIA TÉCNICA DAS BATERIAS E SISTEMAS ELÉTRICOS OU HÍBRIDOS

15.4.1. A assistência técnica deverá abranger as baterias de tração, sistemas elétricos, sistemas híbridos, sistema de recarga embarcado, módulos eletrônicos, componentes de alta tensão e demais elementos específicos da tecnologia elétrica ou híbrida fornecida.

15.4.2. A CONTRATADA deverá assegurar atendimento em garantia para falhas, perda de funcionalidade, defeitos

de fabricação, divergência de especificação ou mau funcionamento das baterias e sistemas eletrificados, observadas as condições praticadas pelo fabricante no mercado nacional, conforme item 16.3.4.1, inciso II, do Termo de Referência.

15.4.3. A garantia da bateria deverá ser comprovada por documentação oficial do fabricante, a ser entregue à fiscalização contratual, conforme item 19.10.5.11 do Termo de Referência.

15.4.4. As baterias ou componentes substituídos durante o período de garantia deverão receber destinação ambientalmente adequada, mediante logística reversa, em conformidade com os itens 29.1, incisos XIV e XVI, do Termo de Referência.

15.5. DA ABERTURA, ACOMPANHAMENTO E REGISTRO DOS CHAMADOS

15.5.1. Os chamados de assistência técnica poderão ser abertos pela gestão ou fiscalização contratual, por meio de comunicação formal à CONTRATADA, admitindo-se o uso de e-mail institucional, sistema eletrônico, telefone, protocolo da rede autorizada ou outro canal oficial disponibilizado.

15.5.2. A CONTRATADA deverá fornecer número de protocolo, data e horário de abertura do chamado, identificação do bem ou equipamento, descrição inicial da ocorrência, responsável pelo atendimento e prazo estimado para solução.

15.5.3. Todo atendimento realizado durante a garantia deverá ser documentado por relatório técnico, ordem de serviço, comprovante de atendimento ou documento equivalente, contendo, no mínimo, identificação do veículo ou estação, local de atendimento, data e horário, diagnóstico, providências adotadas, peças substituídas, testes realizados, resultado final e assinatura do responsável técnico ou da assistência autorizada.

15.5.4. A ausência de comprovação adequada do atendimento poderá impedir o reconhecimento da regularidade da assistência prestada, sem prejuízo da exigência de complementação documental, novo atendimento ou aplicação das sanções cabíveis.

15.6. DA CORREÇÃO, SUBSTITUIÇÃO E REPARO SEM ÔNUS

15.6.1. A CONTRATADA será responsável por corrigir ou substituir, sem ônus para a Administração, qualquer veículo, peça, componente, bateria, sistema eletrificado, estação de recarga ou acessório que apresente defeito de fabricação, divergência de especificações ou falha de funcionamento, conforme item 19.10.4 do Termo de Referência.

15.6.2. A correção ou substituição realizada em garantia deverá ocorrer sem cobrança de peças, mão de obra, deslocamento, transporte, diagnóstico, testes, reinstalação, configuração, frete ou qualquer outro custo relacionado à solução da falha.

15.6.3. Quando a falha comprometer a segurança, a utilização regular do veículo, a recarga dos veículos eletrificados ou a continuidade das atividades administrativas, a CONTRATADA deverá adotar medidas imediatas para mitigar o impacto, inclusive substituição temporária de equipamento, suporte emergencial ou encaminhamento prioritário à assistência técnica.

15.7. DA RESPONSABILIDADE PERANTE FABRICANTE, CONCESSIONÁRIA OU REDE AUTORIZADA

15.7.1. A existência de fabricante, concessionária, assistência técnica autorizada, representante, distribuidor ou terceiro integrante da cadeia de fornecimento não afasta a responsabilidade direta da CONTRATADA perante a Administração.

15.7.2. Caberá à CONTRATADA acompanhar, intermediar e garantir a efetiva solução dos chamados de garantia, inclusive quando o atendimento depender de autorização do fabricante, fornecimento de peça específica, deslocamento para oficina autorizada ou intervenção de terceiro.

15.7.3. A CONTRATADA não poderá opor à Administração dificuldades internas, atrasos de fabricante, indisponibilidade de peça, falha da rede autorizada ou divergência comercial com terceiros como justificativa para descumprir os prazos e obrigações de assistência técnica assumidos no contrato.

15.8. DO SUPORTE OPERACIONAL AOS USUÁRIOS

15.8.1. Durante o período de garantia, a CONTRATADA deverá prestar suporte técnico aos servidores indicados pelo órgão CONTRATANTE quanto ao uso adequado dos veículos elétricos e híbridos, sistemas de recarga, estações de carregamento, alertas de painel, procedimentos de segurança e boas práticas de operação.

15.8.2. O suporte operacional não substitui a Entrega Técnica prevista neste Contrato, mas a complementa durante o período de garantia, especialmente em caso de dúvidas, falhas recorrentes, atualização de orientação do fabricante ou necessidade de reforço quanto ao uso seguro dos bens e equipamentos.

15.8.3. DO DESCUMPRIMENTO

15.8.4. O descumprimento injustificado das obrigações de assistência técnica, suporte, manutenção em garantia, atendimento de chamados, disponibilização de rede credenciada, correção de falhas, substituição de componentes ou disponibilização de unidade substituta poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas neste Contrato, no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável.

15.8.5. A Administração poderá reter pagamento pendente, exigir regularização, rejeitar o objeto, promover a

apuração de responsabilidade ou adotar outras medidas administrativas cabíveis quando a ausência de assistência técnica comprometer o uso regular dos veículos, baterias, estações de recarga ou demais componentes fornecidos.

15.8.6. A assistência técnica e o suporte durante a garantia permanecerão exigíveis ainda que encerrada a vigência contratual, enquanto vigente o prazo de garantia do respectivo veículo, bateria, sistema, equipamento, instalação ou componente fornecido.

16. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA - DA LOGÍSTICA REVERSA E SUSTENTABILIDADE

16.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

16.1.1. A CONTRATADA deverá observar, durante toda a execução contratual e enquanto vigentes as obrigações de garantia, assistência técnica e suporte, os requisitos de sustentabilidade, logística reversa e destinação ambientalmente adequada previstos nesta Cláusula, no Edital, na Ata de Registro de Preços, neste Contrato e, especialmente, nos itens 16.5.1.1, inciso XIII, 16.21 e 29.1, incisos XIV e XVI, do Termo de Referência.

16.1.2. A contratação deverá priorizar tecnologias de menor impacto ambiental, observando a finalidade da solução contratada, que compreende a adoção de veículos elétricos e híbridos, estações de recarga e serviços técnicos correlatos, em alinhamento aos requisitos de sustentabilidade previstos no item 16.21, incisos I a V, do Termo de Referência.

16.1.3. Onde o Termo de Referência fizer menção à SEPLAN, a obrigação deverá ser interpretada, para fins de execução contratual, como aplicável ao respectivo órgão ou entidade CONTRATANTE, participante da IRP ou aderente da Ata de Registro de Preços, conforme o caso.

16.2. DA SUSTENTABILIDADE DA SOLUÇÃO CONTRATADA

16.2.1. Os veículos fornecidos deverão contribuir para a redução dos impactos ambientais da frota pública, devendo gerar zero emissões diretas, no caso dos veículos elétricos, ou reduzir significativamente as emissões de gases de efeito estufa, no caso dos veículos híbridos, conforme item 16.21, inciso II, do Termo de Referência.

16.2.2. A CONTRATADA deverá observar os critérios de sustentabilidade socioambiental previstos na legislação de regência, bem como os requisitos técnicos de eficiência energética, consumo reduzido de recursos naturais, utilização de componentes recicláveis, quando possível, e demais condições estabelecidas no item 16.21, incisos III a V, do Termo de Referência.

16.2.3. A sustentabilidade da contratação será considerada também sob a ótica do custo do ciclo de vida, abrangendo consumo de energia ou combustível, manutenção, durabilidade, descarte de baterias e destinação ambientalmente adequada de componentes substituídos, conforme item 16.21, inciso IV, do Termo de Referência.

16.3. DA LOGÍSTICA REVERSA DAS BATERIAS E COMPONENTES SUBSTITUÍDOS

16.3.1. Considerando a presença de componentes com potencial impacto ambiental, especialmente baterias de veículos elétricos e híbridos, a CONTRATADA deverá assegurar a logística reversa e a destinação ambientalmente adequada das baterias e dos componentes substituídos durante o período de garantia, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010 e com o item 16.21, inciso VI, do Termo de Referência.

16.3.2. Os veículos híbridos deverão possuir sistema de logística reversa para as baterias de tração, cabendo à CONTRATADA assegurar o descarte ambientalmente adequado ao final da vida útil do componente, conforme item 16.5.1.1, inciso XIII, do Termo de Referência.

16.3.3. A obrigação de logística reversa abrange baterias de tração, módulos, componentes elétricos ou eletrônicos, dispositivos substituídos em garantia, acessórios com potencial impacto ambiental e demais materiais cuja destinação exija tratamento ambientalmente adequado.

16.3.4. A CONTRATADA deverá garantir que a substituição, recolhimento, transporte, armazenamento temporário, encaminhamento e destinação final dos materiais abrangidos por esta Cláusula sejam realizados de forma segura, rastreável e compatível com a legislação ambiental vigente.

16.4. DOS PONTOS DE COLETA, REDE AUTORIZADA E DESTINAÇÃO AMBIENTAL

16.4.1. Para atendimento da logística reversa, a CONTRATADA deverá disponibilizar rede autorizada ou pontos de coleta para recolhimento de baterias e componentes substituídos, conforme item 16.21, inciso VII, alínea "a", do Termo de Referência.

16.4.2. A rede autorizada, os pontos de coleta ou os responsáveis pela destinação ambiental deverão estar aptos a receber, armazenar, transportar e encaminhar os materiais recolhidos em conformidade com as normas ambientais aplicáveis.

16.4.3. Quando o recolhimento depender de fabricante, concessionária, assistência técnica autorizada, entidade gestora, empresa especializada ou terceiro integrante da cadeia de logística reversa, a CONTRATADA permanecerá responsável perante a Administração pela efetiva comprovação da destinação ambientalmente adequada.

16.5. DA COMPROVAÇÃO DOCUMENTAL

16.5.1. A CONTRATADA deverá comprovar, sempre que solicitado pela fiscalização contratual, a destinação ambientalmente adequada dos materiais recolhidos, conforme item 16.21, inciso VII, alínea “b”, do Termo de Referência.

16.5.2. Quando aplicável, a CONTRATADA deverá apresentar certificados de logística reversa, comprovantes de recolhimento, manifestos de transporte, termos de destinação, notas fiscais de remessa, certificados emitidos por entidades gestoras, empresas especializadas ou documentos equivalentes, conforme item 16.21, inciso VII, alínea “c”, do Termo de Referência.

16.5.3. Os documentos de comprovação deverão identificar, sempre que possível, o órgão contratante, o veículo, equipamento ou componente de origem, o tipo de material recolhido, a quantidade, a data do recolhimento, o responsável pelo transporte, a empresa ou entidade destinatária e a forma de destinação ambiental adotada.

16.5.4. A ausência de comprovação adequada da destinação ambiental poderá impedir o recebimento definitivo da obrigação correspondente, o encerramento regular do atendimento em garantia ou o reconhecimento da regularidade da execução, sem prejuízo da aplicação das sanções cabíveis.

16.6. DA RESPONSABILIDADE DA CONTRATADA

16.6.1. A CONTRATADA será integralmente responsável pela logística reversa e destinação ambientalmente adequada das baterias e componentes substituídos durante o período de garantia, nos termos do item 29.1, incisos XIV e XVI, do Termo de Referência.

16.6.2. A responsabilidade da CONTRATADA não será afastada pela atuação de fabricante, concessionária, assistência técnica autorizada, transportador, entidade gestora, empresa recicladora ou outro terceiro eventualmente envolvido no fluxo de logística reversa.

16.6.3. A CONTRATADA deverá responder por danos ambientais, descarte inadequado, extravio, acondicionamento irregular, transporte indevido, ausência de rastreabilidade, omissão documental ou qualquer irregularidade relacionada à destinação dos materiais abrangidos por esta Cláusula, quando decorrente de sua atuação ou de terceiros por ela acionados.

16.7. DA VEDAÇÃO AO DESCARTE INADEQUADO

16.7.1. É vedado o descarte de baterias, componentes elétricos ou eletrônicos, módulos, acessórios, peças substituídas ou quaisquer materiais com potencial impacto ambiental em lixo comum, áreas públicas, depósitos não licenciados, locais sem controle ambiental ou por qualquer meio incompatível com a legislação ambiental vigente.

16.7.2. A CONTRATADA deverá adotar medidas para evitar contaminação ambiental, risco à saúde, dano ao patrimônio público, exposição indevida de componentes, armazenamento inadequado ou descarte sem rastreabilidade.

16.7.3. Caso a Administração identifique indícios de descarte inadequado ou ausência de destinação ambientalmente comprovada, poderá exigir esclarecimentos, documentação complementar, regularização imediata e adoção das medidas corretivas cabíveis.

16.8. DA RELAÇÃO COM A GARANTIA E A ASSISTÊNCIA TÉCNICA

16.8.1. A logística reversa deverá ser observada sempre que houver substituição de bateria, componente, peça, módulo, equipamento ou acessório durante o período de garantia ou assistência técnica.

16.8.2. A substituição de baterias ou componentes durante a garantia somente será considerada integralmente concluída após a comprovação da correção técnica, da devolução do bem em funcionamento regular e, quando aplicável, da destinação ambientalmente adequada do material substituído.

16.8.3. As obrigações de logística reversa e sustentabilidade permanecerão exigíveis mesmo após o encerramento da vigência contratual, enquanto houver obrigações de garantia, assistência técnica, suporte ou substituição de baterias e componentes abrangidos pelo fornecimento.

16.9. DO DESCUMPRIMENTO

16.9.1. O descumprimento das obrigações de sustentabilidade, logística reversa, recolhimento, comprovação documental ou destinação ambientalmente adequada caracterizará inadimplemento contratual, sujeitando a CONTRATADA às sanções previstas neste Contrato, no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e na legislação aplicável.

16.9.2. A Administração poderá reter pagamento pendente, exigir regularização documental, glosar valores, recusar o encerramento de atendimento em garantia ou adotar outras medidas administrativas cabíveis quando houver ausência de comprovação da destinação ambientalmente adequada dos materiais substituídos.

16.9.3. A aplicação de sanções administrativas não afasta a obrigação da CONTRATADA de providenciar a destinação ambientalmente adequada dos materiais, apresentar os documentos comprobatórios exigidos e reparar eventuais danos causados à Administração, a terceiros ou ao meio ambiente.

17. CLÁUSULA DÉCIMASÉTIMA - DA GARANTIA DE EXECUÇÃO CONTRATUAL

17.1. Não será exigida a prestação de garantia na contratação.

18. CLÁUSULA DÉCIMA OITAVA - LIQUIDAÇÃO E PAGAMENTO

18.1. O pagamento será efetuado à CONTRATADA no prazo de até 30 (trinta) dias, contados da regular liquidação da despesa, após o recebimento definitivo do objeto, a apresentação do documento fiscal correspondente e o respectivo atesto pelo fiscal ou comissão responsável, observada a ordem cronológica de exigibilidade aplicável às obrigações da Administração.

18.2. O documento fiscal deverá conter, no mínimo, a identificação da CONTRATADA, o número do CNPJ correspondente ao constante da proposta e do contrato, os dados bancários para pagamento, o número da nota de empenho, a descrição clara do objeto fornecido ou serviço executado, os valores correspondentes e demais informações exigidas pela legislação fiscal e pelo órgão contratante.

18.3. A emissão da ordem bancária será efetuada somente após a conferência, aceitação e atesto do documento fiscal por servidor responsável, bem como após a comprovação do recebimento definitivo do objeto e a verificação da regularidade da CONTRATADA, mediante consulta on-line ao Sistema Unificado de Cadastro de Fornecedores (SICAF), ao Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS), ao Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa disponível no Portal do CNJ e à Certidão Negativa (ou Positiva com efeito de Negativa) de Débitos Trabalhistas (CNDT), para comprovação, dentre outras coisas, do devido recolhimento das contribuições sociais (FGTS e Previdência Social) e demais tributos estaduais, federais e municipais, conforme cada caso.

18.4. O documento fiscal deverá ser emitido em nome da:

a) Secretaria de Estado xxx

b) CNPJ nº xxxxxx

18.5. A empresa contratada deve apresentar o documento fiscal de fornecimento de material, emitido e entregue ao fiscal do contrato, para fins de liquidação e pagamento.

18.6. Na ocorrência de rejeição do documento fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, motivada por erro, incorreção, inconsistência ou ausência de documento obrigatório, este será devolvido à CONTRATADA para retificação e reapresentação, reiniciando-se o prazo para pagamento a partir da data de sua reapresentação regular.

18.7. Nos casos de eventuais atrasos injustificados de pagamento, desde que a Empresa contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, fica convencionado que a taxa de compensação financeira devida pela Administração contratante, desde a data limite fixada para pagamento até a data do efetivo pagamento, será a seguinte:

$EM = N \times VP \times I / 365$), onde:

EM = Encargos moratórios a serem pagos pelo atraso de pagamento;

N = Número de dias de atraso contados entre a data limite prevista para o pagamento e a data do efetivo pagamento;

VP = Valor da parcela em atraso; e

I = IPCA anual acumulado (Índice de Preços ao Consumidor Ampliado do IBGE) / 100.

18.8. Os documentos de cobrança deverão ser entregues pela empresa contratada, na Av. Getúlio Vargas, nº. 232 - Centro, Rio Branco - AC, 69900-150, no horário de expediente da Contratante, ou por e-mail a ser informado quando da assinatura do contrato.

18.9. Em nenhuma hipótese será efetuado pagamento de documento fiscal com o número do CNPJ/MF diferente do que foi apresentado na proposta de preços, mesmo que sejam empresas consideradas matriz e filial ou vice-versa, ou pertencentes ao mesmo grupo ou conglomerado.

18.10. Não será realizado qualquer tipo de pagamento através de boleto bancário ou por outro meio diferente do previsto no Contrato.

18.11. A Administração contratante, no momento do pagamento, providenciará as devidas retenções tributárias, nos termos da legislação vigente, exceto nos casos em que a empresa contratada comprovar, na forma prevista em lei, não lhe serem aplicáveis tais retenções.

18.11.1. Caso a empresa contratada seja optante pelo Sistema Integrado de Pagamento de Impostos e Contribuições das ME e EPP – SIMPLES, desde que não haja vedação legal para tal opção em razão do objeto executado, deverá apresentar, juntamente com o documento fiscal, a devida comprovação, a fim de evitar a retenção na fonte dos tributos e contribuições, conforme legislação em vigor.

19. CLÁUSULA DÉCIMA NONA - DO REAJUSTE E REVISÃO CONTRATUAL

19.1. **Reajuste:**

19.1.1. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis pelo prazo de 01 (um) ano, contado da data do

orçamento estimado da contratação.

19.1.2. Data do Orçamento estimado:

19.1.3. Após o interregno mínimo de 01 (um) ano, os preços iniciais poderão ser reajustados, mediante aplicação, pelo Contratante, do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

19.1.4. O reajuste será calculado mediante a aplicação da seguinte fórmula:

$$R = V \times (I1 / I0)$$

Onde:

R = valor reajustado;

V = valor contratual a ser reajustado;

I1 = índice do IPCA correspondente ao mês do reajuste;

I0 = índice do IPCA correspondente ao mês do orçamento estimado da contratação.

19.1.5. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de 01 (um) ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

19.1.6. No caso de atraso ou não divulgação do índice de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja divulgado o índice definitivo.

19.1.7. Nas aferições finais, o índice utilizado para reajuste será, obrigatoriamente, o definitivo.

19.1.8. Caso o índice estabelecido para reajustamento venha a ser extinto ou de qualquer forma não possa mais ser utilizado, será adotado, em substituição, o índice que vier a ser determinado pela legislação então em vigor.

19.1.9. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

19.1.10. O reajuste será formalizado por apostilamento, nos termos da legislação vigente.

19.2. **Revisão:**

19.2.1. Com vistas à manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do Contrato, poderá ser promovida revisão do preço contratual, desde que eventuais solicitações nesse sentido estejam acompanhadas de comprovação da superveniência de fatos imprevisíveis ou previsíveis, porém de consequências incalculáveis, retardadores ou impeditivos da execução do ajustado, configurando álea econômica extraordinária e extracontratual, bem como de demonstração analítica de seu impacto nos custos do Contrato, nos termos do disposto no art. 124, na alínea “d” do inciso II da Lei nº 14.133/2021.

20. CLÁUSULA VIGÉSSIMA - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

20.1. Constituem obrigações da Contratante:

20.1.1. exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pela contratada, de acordo com o contrato e seus anexos;

20.1.2. designar formalmente fiscal ou equipe de fiscalização para acompanhar e fiscalizar a execução do contrato;

20.1.3. acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pela contratada;

20.1.4. receber o objeto no prazo e condições estabelecidos neste Termo de Referência;

20.1.5. realizar o recebimento provisório e definitivo dos bens fornecidos, após verificação do atendimento às especificações técnicas estabelecidas;

20.1.6. disponibilizar local adequado e garantir o acesso às dependências da Administração para a entrega dos veículos e para a instalação da estação de carregamento;

20.1.7. notificar a contratada, por escrito, sobre vícios, defeitos ou incorreções verificadas no objeto fornecido, para que seja substituído, reparado ou corrigido, no todo ou em parte, às suas expensas;

20.1.8. comunicar à contratada para emissão da Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento, quando houver controvérsia sobre dimensão, qualidade ou quantidade, conforme art. 143 da Lei nº 14.133/2021;

20.1.9. efetuar o pagamento à contratada no prazo, forma e condições estabelecidos no contrato;

20.1.10. avaliar pedidos de prorrogação de prazo de entrega e instalação do objeto;

20.1.11. responder aos pedidos de restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro no prazo previsto em lei;

20.1.12. emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do contrato, ressalvados os

requerimentos manifestamente impertinentes ou de caráter protelatório;

20.1.13. aplicar as sanções previstas em lei e no contrato, quando cabíveis;

20.1.14. cientificar o órgão de representação judicial para adoção das medidas cabíveis em caso de descumprimento das obrigações pela contratada;

20.1.15. não responder por compromissos assumidos pela contratada com terceiros, nem por danos causados a terceiros por atos da contratada, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

21. CLÁUSULA VIGÉSSIMA PRIMEIRA – OBRIGAÇÕES DO CONTRATADA

21.1. Constituem obrigações da Contratada:

21.1.1. cumprir todas as obrigações constantes no contrato e em seus anexos, assumindo integralmente os riscos e despesas decorrentes da execução do objeto;

21.1.2. fornecer os veículos e as estações de carregamento em conformidade com as especificações técnicas estabelecidas neste Termo de Referência e na proposta apresentada;

21.1.3. responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto fornecido, nos termos da Lei nº 8.078/1990;

21.1.4. comunicar à Contratante, com a maior antecedência possível e devidamente justificado, qualquer fato que possa impedir ou atrasar a entrega do objeto;

21.1.5. atender às determinações regulares emitidas pelo gestor ou fiscal do contrato e prestar todos os esclarecimentos solicitados;

21.1.6. reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas e no prazo fixado pela fiscalização, os bens em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções;

21.1.7. responsabilizar-se por todos os danos causados à Administração ou a terceiros decorrentes da execução do contrato, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento pela Contratante;

21.1.8. realizar a entrega dos veículos devidamente novos, sem uso anterior, acompanhados de todos os manuais, certificados de garantia e demais documentos técnicos fornecidos pelo fabricante;

21.1.9. fornecer e instalar as estações de carregamento tipo Wall Box, com todos os materiais, equipamentos e mão de obra necessários ao pleno funcionamento do sistema;

21.1.10. garantir que a instalação elétrica das estações de carregamento seja executada por profissional ou empresa habilitada, observando as normas técnicas aplicáveis, especialmente a ABNT NBR 5410;

21.1.11. fornecer garantia dos veículos e equipamentos pelo prazo mínimo estabelecido pelo fabricante, contada a partir do recebimento definitivo;

21.1.12. assegurar a disponibilidade de assistência técnica autorizada no Estado do Acre ou, alternativamente, garantir atendimento técnico adequado sem ônus adicional para a Administração;

21.1.13. prestar suporte técnico necessário para operação dos equipamentos e, quando solicitado, orientar os servidores da Contratante quanto ao correto uso das estações de carregamento;

21.1.14. assegurar a adequada destinação ambiental das baterias ou componentes substituídos durante o período de garantia, em conformidade com a política de logística reversa prevista na legislação ambiental vigente;

21.1.15. manter durante toda a execução do contrato as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

21.1.16. Garantir a logística reversa e destinação ambientalmente adequada das baterias e componentes substituídos durante o período de garantia, em conformidade com a Lei nº 12.305/2010.

22. CLÁUSULA VIGÉSSIMA SEGUNDA -DO MODELO DE GESTÃO E FISCALIZAÇÃO DO CONTRATO

22.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133/2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

22.2. O Gestor do contrato ou documento equivalente será o responsável pelo setor solicitante da contratação, sendo indicado a critério da Secretaria contratante.

22.3. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotados tais circunstâncias mediante simples apostila.

22.4. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

22.5. O órgão poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devem ser cumpridas de imediato.

22.6. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o

representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterà informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

22.7. FISCAL DO CONTRATO

22.7.1. São atribuições do fiscal de contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e Fiscalização dos Contratos Administrativos:

22.7.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Instrumento Contratual, seus anexos e eventuais aditivos/apostilamentos;

22.7.3. Avaliar a quantidade e a qualidade dos serviços executados ou dos bens entregues;

22.7.4. Atestar, em documento hábil, o fornecimento ou a entrega de bens permanentes ou de consumo e a prestação do serviço, após conferência prévia do objeto contratado;

22.7.5. No caso de serviços, controlar a efetividade e eficácia da sua execução em estrita observância ao estabelecido no contrato (especificações e normas técnicas, por exemplo), solicitando a correção de eventuais vícios, imperfeições, deficiências e/ou omissões;

22.7.6. No caso de compras, acompanhar a entrega dos bens, verificando sua quantidade e qualidade;

22.7.7. Registrar todas as ocorrências havidas durante o período de execução do contrato, em livro próprio;

22.7.8. Observar os prazos contratuais para a regularização de eventuais falhas e, no caso da inexistência de sua previsão, estabelecer juntamente com o Gestor de Contrato, prazo razoável para medida saneadora.

22.7.9. Conhecer suas atribuições e responsabilidades para o exercício das atividades de fiscalização;

22.7.10. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas pela contratada;

22.7.11. Apresentar, periodicamente ou quando solicitado, relatório circunstanciado de acompanhamento da execução do serviço, da entrega do material ou do bem, que deverá ser instruído com registros fotográficos e demais documentos probatórios, quando for o caso;

22.7.12. Acompanhar rotineiramente a execução dos serviços contratados, assim como conferir se os materiais ou bens requisitados foram entregues em perfeito estado e nas mesmas condições e características pactuadas;

22.7.13. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas que – porventura - venham a ocorrer ao longo da execução contratual, desde que não ultrapassem suas competências;

22.7.14. Encaminhar as questões que ultrapassem suas atribuições ao Gestor do Contrato;

22.7.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.

22.7.16. Indicar, em nota técnica, a necessidade de eventuais descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços, por meio de glosas que serão escritas no verso da nota ou documento equivalente;

22.7.17. Cientificar o gestor do contrato e também o Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante da possibilidade de não conclusão do objeto na data pactuada, com as devidas justificativas;

22.7.18. Realizar, juntamente com a contratada, as medições dos serviços nas datas estabelecidas, antes de atestar as respectivas notas fiscais;

22.7.19. Reportar-se sempre ao preposto da contratada, não devendo, em hipótese alguma, dar ordens diretamente aos seus empregados;

22.7.20. Emitir atestados ou certidões de avaliação dos serviços prestados;

22.7.21. Emitir atestado ou certidão de realização de serviços, total ou parcial;

22.7.22. Controlar a medição do serviço executado, aprovando somente a medição dos serviços efetivamente realizados;

22.7.23. Informar o Gestor do Contrato sobre irregularidade que deva ser sanada;

22.7.24. Glosar as medições quando houver má execução do contratado ou mesmo a sua não execução e, com isso, sugerir a aplicação de penalidades ao contratado em face do inadimplemento de suas obrigações; e

22.7.25. Representar, levando ao conhecimento das autoridades a execução de ato ilícito que tenha tido conhecimento em razão de seu ofício.

22.8. GESTOR DO CONTRATO

22.8.1. São atribuições do Gestor de Contratos, sem prejuízo das demais previstas no Manual de Gestão e

Fiscalização dos Contratos Administrativos:

- 22.8.2. Conhecer o inteiro teor do Edital e seus anexos, do Instrumento Contratual e seus eventuais aditivos;
- 22.8.3. Gerenciar todo o Processo Administrativo de Despesa Pública – PADP referente à contratação;
- 22.8.4. Assegurar-se do cumprimento integral das obrigações contratuais assumidas, com qualidade e em respeito à legislação vigente;
- 22.8.5. Solicitar periodicamente ao fiscal do contrato relatório das ocorrências para que, sendo o caso, possa tomar as providências cabíveis a fim de corrigi-las;
- 22.8.6. Atuar em tempo hábil na solução dos problemas de sua alçada que venham a ocorrer ao longo da execução contratual;
- 22.8.7. Analisar notas/glosas escritas pelo fiscal, a fim de constatar a possível necessidade de descontos a serem realizados no valor mensal dos serviços/compras, informando-as ao setor financeiro;
- 22.8.8. Encaminhar formalmente as demandas ao preposto por meio de ordem de serviço/entrega ou fornecimento;
- 22.8.9. Repassar ao Fiscal de Contratos todas as informações e documentos relativos ao contrato, para que este último possa bem fiscalizá-lo;
- 22.8.10. Dar publicidade e manter semanalmente atualizados os dados de cada PADP sob sua gerência por meio da inserção de dados em meios informáticos;
- 22.8.11. Acompanhar a vigência do instrumento contratual, a fim de proceder às diligências administrativas de prorrogação, se possível e vantajoso for, ou ao encerramento da contratação, de modo a garantir o atendimento do interesse público.
- 22.8.12. Propor medidas que melhorem a execução do contrato.
- 22.8.13. Conhecer suas atribuições para o exercício das atividades de gestão;
- 22.8.14. Encaminhar ao respectivo responsável, as questões que ultrapassam o âmbito das suas atribuições para que possam ser solucionadas;
- 22.8.15. Providenciar, sempre por escrito, a obtenção de esclarecimentos, auxílio ou suporte técnico, para aqueles casos em que tiver dúvidas sobre a providência a ser adotada.
- 22.8.16. Alimentar o Portal da Transparência e de Acesso à Informação do Governo, os sistemas informatizados para gestão dos Contratos Administrativos e outros subsistemas quanto a informações inerentes aos contratos que gerencia, responsabilizando-se por tais informações, inclusive, sempre quando solicitadas;
- 22.8.17. Negociar condições previamente estabelecidas com o contratante sempre que o mercado assim o exigir e quando da sua prorrogação, nos termos da Lei;
- 22.8.18. Informar periodicamente ao Ordenador de Despesas do órgão/entidade sobre ocorrências relacionadas ao contrato. Por exemplo: execução de ajustes, requerimento de concessão de reajuste, prorrogações e etc., encaminhando, sempre que solicitado, o relatório de acompanhamento de obras ou serviços prestados comunicando as irregularidades encontradas;
- 22.8.19. Juntamente com o fiscal, deve levar ao conhecimento do Ordenador de Despesas do órgão/entidade, sempre por escrito, instruções relativas a modificações de projetos aprovados, alterações de prazos, cronogramas e demais informações correlatas ao contrato, emitindo pareceres e relatórios técnicos como forma de subsidiar a Administração na tomada de decisões;
- 22.8.20. Obter a formalização da designação do preposto junto à contratada;
- 22.8.21. Elaborar o plano de inserção, instrumento pelo qual deverá ocorrer o repasse ao contratado dos conhecimentos necessários para a execução dos serviços, e disponibilizar infraestrutura adequada à contratada para execução do pactuado, quando for o caso;
- 22.8.22. Notificar a contratada, por ordem do Ordenador de Despesas do órgão/entidade contratante, sobre irregularidades encontradas; e
- 22.8.23. Controlar a regularidade do adimplemento das obrigações trabalhistas e previdenciárias da contratada com seus empregados.

23. CLÁUSULA VIGÉSIMA TERCEIRA - DO RECEBIMENTO PROVISÓRIO E DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

23.1. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

- 23.1.1. O recebimento dos veículos, das estações de recarga e do serviço técnico de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica observará as disposições desta Cláusula, do Edital, da Ata de Registro de Preços, deste Contrato e, especialmente, dos itens 19.9, 19.9.2, 19.9.3, 19.9.5, 19.9.6 e 19.9.7 do Termo de Referência.

23.1.2. O recebimento provisório será realizado de forma sumária, no momento da entrega do bem, da instalação do equipamento ou da conclusão do serviço, mediante atesto do servidor fiscal designado, com a finalidade de permitir a posterior verificação funcional, técnica e documental do objeto, conforme item 19.9.2 do Termo de Referência.

23.1.3. O recebimento definitivo deverá ocorrer no prazo máximo de 20 (vinte) dias úteis, contados do recebimento provisório, após a realização dos testes funcionais, verificações técnicas, análise documental e demais ensaios necessários, mediante emissão de termo de recebimento definitivo, conforme item 19.9.5 do Termo de Referência.

23.1.4. Caso seja necessária diligência complementar para verificação da conformidade do objeto, o prazo para recebimento definitivo poderá ser prorrogado por igual período, mediante justificativa formal, nos termos do item 19.9.5 do Termo de Referência.

23.2. DO RECEBIMENTO DOS VEÍCULOS

23.2.1. O recebimento provisório dos veículos ocorrerá no momento da entrega, mediante verificação inicial da quantidade, identificação do item, estado aparente do bem, local de entrega e documentação apresentada pela CONTRATADA.

23.2.2. Para fins de recebimento definitivo dos veículos, a fiscalização deverá verificar o atendimento das condições previstas nos itens 16.22.1, 16.24, 19.4.6 e 19.9 do Termo de Referência.

23.2.3. O recebimento definitivo dos veículos ficará condicionado à comprovação de que os bens foram entregues novos, zero quilômetro, sem uso anterior, devidamente registrados e licenciados junto ao DETRAN/AC, com primeiro emplacamento em nome do órgão contratante, acompanhados do CRLV-e, manuais, termos de garantia, documentação técnica, equipamentos obrigatórios, acessórios, ferramentas, chave reserva e demais itens exigidos no Termo de Referência.

23.2.4. A fiscalização poderá realizar testes de rodagem, verificação funcional, conferência de autonomia, avaliação dos sistemas de segurança, conferência dos equipamentos obrigatórios e demais verificações necessárias à confirmação da conformidade dos veículos com as especificações contratadas.

23.2.5. O recebimento definitivo dos veículos também ficará condicionado, quando aplicável, à realização da entrega técnica prevista no item **16.23** do Termo de Referência, destinada aos motoristas, gestores de frota ou servidores indicados pela Administração.

23.3. DO RECEBIMENTO DAS ESTAÇÕES DE RECARGA

23.3.1. O recebimento provisório das estações de recarga ocorrerá após a entrega e instalação inicial do equipamento no local indicado pela Administração, mediante verificação sumária pela fiscalização contratual.

23.3.2. Para fins de recebimento definitivo das estações de recarga, a fiscalização deverá verificar o atendimento das condições previstas nos itens 16.22.2, 16.24, 19.4.7 e 19.9 do Termo de Referência.

23.3.3. O recebimento definitivo das estações de recarga ficará condicionado à comprovação de que o equipamento foi entregue, instalado, conectado à rede elétrica, testado e disponibilizado em pleno funcionamento, com todos os acessórios necessários à sua utilização, manuais técnicos, certificado de garantia, documentação de conformidade técnica e dispositivos de proteção elétrica e segurança exigidos pelas normas aplicáveis.

23.3.4. A fiscalização deverá verificar, ainda, a compatibilidade da instalação com as condições técnicas do local, a realização dos testes funcionais de carga elétrica, a conformidade com o projeto ou documentação técnica exigível, bem como a apresentação da respectiva ART ou RRT, quando aplicável.

23.3.5. O transporte, descarga, instalação, configuração, testes e eventual adequação necessária à operação das estações de recarga integram a obrigação da CONTRATADA, não sendo admitido recebimento definitivo de equipamento instalado de forma incompleta, insegura, irregular ou sem pleno funcionamento.

23.4. DO RECEBIMENTO DO SERVIÇO TÉCNICO DE AVALIAÇÃO DA INFRAESTRUTURA ELÉTRICA

23.4.1. O recebimento provisório do serviço técnico de avaliação da capacidade da infraestrutura elétrica ocorrerá após a entrega do relatório técnico conclusivo e dos documentos correlatos pela CONTRATADA.

23.4.2. Para fins de recebimento definitivo do serviço técnico, deverão ser observados os itens 16.17, 16.18, 16.19, 16.20, 19.7.4, 19.7.5, 19.7.6 e 19.9 do Termo de Referência.

23.4.3. O recebimento definitivo do serviço ficará condicionado à aprovação, pela fiscalização técnica, do relatório técnico conclusivo, acompanhado da respectiva ART, dos registros de medição, dos registros ou imagens termográficas, quando aplicáveis, e da confirmação de que foram atendidos todos os requisitos estabelecidos no Termo de Referência.

23.4.4. O relatório deverá conter conclusão expressa quanto à viabilidade ou inviabilidade da instalação das estações de recarga AC ou DC, indicação da capacidade disponível para novas cargas, quantidade e potência recomendada de estações suportadas, eventuais adequações necessárias e recomendações técnicas para implantação segura e escalável da infraestrutura.

23.4.5. Caso a fiscalização identifique falhas, omissões, inconsistências técnicas ou necessidade de complementação do relatório, a CONTRATADA deverá realizar os ajustes no prazo previsto no item 19.7.5 do Termo de Referência, sem ônus adicional para a Administração.

23.5. DAS NÃO CONFORMIDADES, REJEIÇÃO E SANEAMENTO

23.5.1. Os bens, equipamentos ou serviços poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, quando estiverem em desacordo com as especificações constantes do Termo de Referência, da proposta da CONTRATADA, do Edital, da Ata de Registro de Preços ou deste Contrato.

23.5.2. Identificada qualquer irregularidade, avaria, desconformidade, ausência de documentação, instalação incompleta, falha de funcionamento, incompatibilidade técnica ou execução inadequada, a CONTRATADA deverá promover a substituição do bem, correção da instalação, complementação documental ou refazimento do serviço no prazo de até 10 (dez) dias, contado da notificação, às suas expensas, conforme item 19.9.3 do Termo de Referência.

23.5.3. A correção, substituição, complementação ou refazimento do objeto não gerará pagamento adicional à CONTRATADA quando decorrer de falha de fornecimento, erro de execução, instalação inadequada, ausência de teste, documentação incompleta ou descumprimento das obrigações contratuais.

23.6. DOS EFEITOS DO RECEBIMENTO

23.6.1. O recebimento provisório não importa aceitação definitiva do objeto, servindo apenas para registro inicial da entrega, instalação ou execução e para permitir a posterior verificação técnica, funcional e documental pela fiscalização contratual.

23.6.2. recebimento definitivo não exclui a responsabilidade da CONTRATADA pela qualidade, segurança, garantia, assistência técnica, correção de vícios, substituição de bens defeituosos, correção de instalação inadequada ou refazimento de serviços executados em desconformidade.

23.6.3. Na hipótese de a verificação necessária ao recebimento definitivo não ser realizada no prazo fixado, aplicar-se-á o disposto no item 19.9.6 do Termo de Referência.

23.6.4. O descumprimento injustificado das condições de entrega, instalação, execução, correção ou substituição poderá ensejar a aplicação das sanções administrativas previstas na legislação vigente, no Edital, no Termo de Referência, na Ata de Registro de Preços e neste Contrato, conforme item 19.9.7 do Termo de Referência.

24. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUARTA - DA ANÁLISE DE RISCOS

24.1. A execução deste Contrato observará a Análise/Matriz de Riscos elaborada para a presente contratação, a qual integra o presente instrumento independentemente de transcrição.

25. CLÁUSULA VIGÉSIMA QUINTA – DA SUBCONTRATAÇÃO

25.1. Não será admitida a subcontratação do objeto principal da contratação, consistente no fornecimento dos veículos.

25.2. Poderá ser admitida, de forma excepcional e mediante prévia autorização da Administração, a subcontratação de atividades acessórias, tais como transporte, instalação da estação de carregamento ou execução de serviços técnicos especializados.

25.3. Nos casos de subcontratação, deverão ser observadas as seguintes condições:

- I - a contratada deverá comunicar previamente à Administração e obter anuência formal para a subcontratação;
- II - o subcontratado deverá comprovar habilitação técnica compatível com o serviço a ser executado, bem como, quando aplicável, registro profissional e Anotação de Responsabilidade Técnica – ART junto ao CREA, observando as normas técnicas pertinentes;
- III - a subcontratação não implicará transferência de responsabilidade contratual, permanecendo a contratada única e integralmente responsável pela execução do objeto, inclusive pelos atos e omissões de seus subcontratados;
- IV - a autorização da subcontratação não exime a contratada das obrigações de garantia, assistência técnica, manutenção e demais responsabilidades previstas neste Termo de Referência.

26. CLÁUSULA VIGÉSIMA SEXTA – DA MANUTENÇÃO DAS CONDIÇÕES DE HABILITAÇÃO E QUALIFICAÇÃO

26.1. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência contratual e em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, especialmente aquelas relativas à habilitação jurídica, regularidade fiscal, social, trabalhista e previdenciária, qualificação econômico-financeira e qualificação técnica.

26.2. A manutenção das condições de habilitação e qualificação constitui obrigação permanente da CONTRATADA, devendo ser observada durante toda a execução do Contrato, inclusive para fins de pagamento, prorrogação, alteração contratual, emissão de ordens de serviço e regular encerramento da contratação.

27. CLÁUSULA VIGÉSIMA SÉTIMA - DAS OBRIGAÇÕES RELATIVAS À RESERVA LEGAL DE CARGOS

27.1. A Contratada se obriga a cumprir integralmente as obrigações legais relativas à reserva de cargos destinadas a pessoas com deficiência, reabilitados da Previdência Social e aprendizes, em conformidade com o art. 92, XVII, da Lei nº 14.133/2021, art. 93 da Lei 8.213/1991, arts. 429 a 431 da CLT e Decreto Federal nº 5.598/2005, sob pena de aplicação das sanções previstas no contrato e na legislação aplicável.

28. CLÁUSULA VIGÉSIMA OITAVA - DOS IMPEDIMENTOS, VEDAÇÃO AO NEPOTISMO E CONFLITO DE INTERESSES

28.1. É vedada a contratação de empresas cujo sócio, proprietário ou acionista seja cônjuge, companheiro ou parente, em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau, inclusive, de membros ou servidores da SEPLAN/AC que ocupem cargos de direção, chefia ou assessoramento. Também é vedada a prestação de serviços por empregados da empresa contratada que se enquadrem nessa mesma condição, de forma a resguardar os princípios da impessoalidade, moralidade e isonomia que regem a Administração Pública.

29. CLÁUSULA VIGÉSIMA NONA - DA ANTICORRUPÇÃO

29.1. Em conformidade com a **Lei Federal nº 12.846/2013 (Lei Anticorrupção)**, a presente contratação observará integralmente as normas de integridade, ética e prevenção à fraude e à corrupção no âmbito da Administração Pública.

29.2. A empresa que vier a ser contratada deverá adotar conduta compatível com os princípios constitucionais da Administração Pública e comprometer-se a:

29.2.1. Não oferecer, prometer, autorizar ou conceder, direta ou indiretamente, vantagem indevida de qualquer natureza a agente público ou a terceiros a ele relacionados;

29.2.2. Comunicar ao órgão contratante quaisquer situações de conflito de interesses ou suspeitas de irregularidades verificadas durante a execução contratual;

29.2.3. Cumprir as disposições previstas na Lei nº 12.846/2013, sujeitando-se às sanções aplicáveis em caso de infração;

29.2.4. Manter procedimentos e controles internos que previnam, detectem e combatam desvios de conduta, fraude e corrupção relacionados ao contrato;

29.2.5. Cooperar com a fiscalização e controle exercidos pelos órgãos competentes.

29.3. O descumprimento destas disposições ensejará a adoção das medidas administrativas e legais cabíveis, inclusive a aplicação das penalidades previstas na Lei nº 14.133/2021 e no Decreto Estadual nº 11.363/2023.

29.4. A CONTRATADA se compromete a divulgar, no âmbito de sua organização, o canal de denúncias da Controladoria-Geral do Estado, assegurando que qualquer colaborador possa relatar irregularidades relacionadas à execução deste contrato. Para tanto, deverão ser informados os seguintes meios de contato:

29.4.1. **E-mail:** ouvidoria.seplan@ac.gov.br

29.4.2. **Plataforma de ouvidoria:** <http://falabr.cgu.gov.br/>

29.4.3. **Site:** www.seplan.ac.gov.br

29.4.4. **Presencial:** Térreo do Palácio das Secretarias.

29.4.5. **Endereço:** Sede da Secretaria de Estado de Planejamento, situada na Av. Getúlio Vargas, 232, Palácio das Secretarias - 4º andar - Bairro Centro, Rio Branco/AC, CEP 69900-060.

30. CLÁUSULA TRIGÉSIMA - DA PROTEÇÃO DE DADOS PESSOAIS

30.1. A CONTRATADA deverá observar e cumprir integralmente as disposições da **Lei Federal nº 13.709/2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD)**, no que couber à execução do objeto deste Termo de Referência, especialmente no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais eventualmente acessados, coletados ou processados por meio da prestação dos serviços contratados.

30.2. A CONTRATADA compromete-se a adotar todas as medidas de segurança, técnicas e administrativas aptas a proteger os dados pessoais contra acessos não autorizados, destruição, perda, alteração, comunicação ou qualquer forma de tratamento inadequado ou ilícito.

30.3. A CONTRATADA responderá por eventuais danos decorrentes de tratamento inadequado ou uso indevido de dados pessoais, nos termos da legislação aplicável, devendo comunicar à CONTRATANTE, de imediato, a ocorrência de qualquer incidente de segurança que envolva dados pessoais tratados no âmbito do presente contrato.

31. CLÁUSULA TRIGÉSIMA PRIMEIRA - INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

31.1. A contratada será responsabilizada administrativamente pelas seguintes infrações, nos termos da Lei nº 14.133/2021:

- I - dar causa à inexecução parcial do contrato;
- II - dar causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- III - dar causa à inexecução total do contrato;
- IV - ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- V - apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- VI - praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- VII - comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- VIII - praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

31.2. Das sanções aplicáveis

31.2.1. Serão aplicadas à contratada que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

- I - Advertência, quando a contratada der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §2º, da Lei nº 14.133/2021.
- II - Multa, aplicada nos seguintes casos:
 - a) multa moratória de 0,5% (cinco décimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 30 (trinta) dias;
 - b) o atraso superior a 30 (trinta) dias poderá ensejar a extinção do contrato por descumprimento de suas cláusulas, nos termos do art. 137, inciso I, da Lei nº 14.133/2021.
- III - Impedimento de licitar e contratar com a Administração Pública, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, quando praticadas as condutas descritas nos incisos II, III e IV, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §4º, da Lei nº 14.133/2021.
- IV - Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, quando praticadas as condutas descritas nos incisos V, VI, VII e VIII, bem como nos casos previstos nos incisos II, III e IV que justifiquem penalidade mais grave, nos termos do art. 156, §5º, da Lei nº 14.133/2021.

31.3. Critérios para aplicação das sanções

31.3.1. Na aplicação das sanções serão considerados:

- I - a natureza e a gravidade da infração cometida;
- II - as peculiaridades do caso concreto;
- III - os danos que dela provierem para a Administração Pública;
- IV - a implantação ou aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

31.4. Procedimento administrativo

31.4.1. A aplicação de qualquer sanção administrativa dependerá da instauração de processo administrativo, assegurados à contratada o contraditório e a ampla defesa, nos termos da legislação vigente.

31.4.2. A competência para aplicação das sanções será da autoridade competente da SEPLAN/AC, observadas as disposições do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

31.4.3. A sanção de declaração de inidoneidade deverá ser precedida de análise jurídica, conforme previsto no §6º do art. 156 da Lei nº 14.133/2021.

31.4.4. As sanções previstas neste item poderão ser aplicadas cumulativamente, quando cabível.

31.5. DA NOTIFICAÇÃO PARA APURAÇÃO E APLICAÇÃO DE SANÇÕES

31.5.1. A instauração de procedimento administrativo destinado à apuração de infrações administrativas praticadas no âmbito da licitação, da contratação e da execução contratual, bem como as notificações, intimações, solicitações de manifestação, apresentação de defesa e demais atos relacionados à eventual aplicação de sanções administrativas, serão encaminhadas à licitante, adjudicatária ou contratada por meio do endereço eletrônico cadastrado no SICAF, o qual será considerado, para todos os fins, como canal oficial de comunicação com a Administração.

31.5.2. Incumbe exclusivamente à licitante, adjudicatária ou contratada manter atualizado o endereço eletrônico constante do SICAF, não cabendo alegação de desconhecimento, ausência de ciência ou nulidade da comunicação quando comprovado o envio da notificação pela Administração ao e-mail ali cadastrado, sem prejuízo da utilização de outros meios admitidos em lei, quando necessário.

31.5.3. Para fins de ciência formal, considerar-se-á realizada a notificação no primeiro dia útil subsequente ao envio da mensagem eletrônica, iniciando-se a contagem do prazo legal, editalício ou contratual correspondente no primeiro dia útil seguinte ao da ciência presumida, assegurados, em qualquer hipótese, o contraditório e a ampla defesa. A regra aplica-se, inclusive, às apurações relacionadas a atos praticados durante a fase licitatória, tais como os previstos no art. 155 da Lei nº 14.133/2021, bem como àqueles verificados na fase de contratação e na execução do ajuste.

32. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEGUNDA - DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

32.1. Constituirão motivos para extinção do contrato, a qual deverá ser formalmente motivada nos autos do processo, assegurados o contraditório e a ampla defesa, as seguintes situações:

32.2. não cumprimento ou cumprimento irregular de normas editalícias ou de cláusulas contratuais, de especificações ou de prazos;

32.3. desatendimento das determinações regulares emitidas pela autoridade designada para acompanhar e fiscalizar sua execução ou por autoridade superior;

32.4. alteração social ou modificação da finalidade ou da estrutura da empresa que restrinja sua capacidade de cumprir o fornecimento contratado;

32.5. decretação de falência ou de insolvência civil, dissolução da sociedade ou falecimento do contratado;

32.6. caso fortuito ou força maior, regularmente comprovados, impeditivos da execução do contrato;

32.7. razões de interesse público, justificadas pela autoridade máxima do órgão ou da entidade contratante;

32.8. não cumprimento das obrigações relativas à reserva de cargos prevista em lei, bem como em outras normas específicas, para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz.

32.9. O contratado terá direito à extinção do contrato nas seguintes hipóteses:

32.10. supressão, por parte da Administração, das quantidades contratadas que acarrete modificação do valor inicial do contrato além do limite permitido no art. 125 da Lei 14.133/2021;

32.11. suspensão da execução do contrato, por ordem escrita da Administração, por prazo superior a 3 (três) meses;

32.12. repetidas suspensões que totalizem 90 (noventa) dias úteis, independentemente do pagamento obrigatório de indenização pelas sucessivas e contratualmente imprevistas desmobilizações e mobilizações;

32.13. atraso superior a 2 (dois) meses, contado da emissão da nota fiscal, dos pagamentos ou de parcelas de pagamentos devidos pela Administração relativos ao fornecimento contratado;

32.14. não liberação pela Administração, nos prazos contratuais, de informações, documentos ou providências necessárias ao recebimento dos materiais.

32.15. As hipóteses de extinção contratual previstas nos subitens anteriores deste Contrato, correspondentes aos **incisos II, III e IV do § 2º do art. 137 da Lei Federal nº 14.133/2021** observarão as disposições previstas nos subitens seguintes:

32.16. Não serão admitidas em caso de calamidade pública, de grave perturbação da ordem interna ou de guerra, bem como quando decorrerem de ato ou fato que o contratado tenha praticado, do qual tenha participado ou para o qual tenha contribuído;

32.17. Assegurarão ao contratado o direito de optar pela suspensão do cumprimento das obrigações assumidas até a normalização da situação, admitido o restabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, na forma da alínea "d" do inciso II do caput do art. 124 desta Lei.

32.18. Os emitentes das garantias previstas no art. 96 da Lei 14.133/2021 deverão ser notificados pelo contratante quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.

32.19. A extinção do contrato poderá ser:

32.20. determinada por ato unilateral e escrito da Administração, exceto no caso de descumprimento decorrente de sua própria conduta;

32.21. consensual, por acordo entre as partes, por conciliação, por mediação ou por comitê de resolução de disputas, desde que haja interesse da Administração;

32.22. determinada por decisão arbitral, em decorrência de cláusula compromissória ou compromisso arbitral, ou por decisão judicial.

- 32.23. A extinção determinada por ato unilateral da Administração e a extinção consensual deverão ser precedidas de autorização escrita e fundamentada da autoridade competente e reduzidas a termo no respectivo processo.
- 32.24. Quando a extinção decorrer de culpa exclusiva da Administração, o contratado será ressarcido pelos prejuízos regularmente comprovados que houver sofrido e terá direito a:
- 32.25. devolução da garantia;
- 32.26. pagamentos devidos pela execução do contrato até a data de extinção;
- 32.27. pagamento do custo de eventuais despesas comprovadas que decorram diretamente da extinção do contrato.
- 32.28. A extinção determinada por ato unilateral da Administração poderá acarretar, sem prejuízo das sanções previstas na Lei 14.133/2021, as seguintes consequências:
- 32.29. assunção imediata, pela Administração, dos materiais já entregues, no estado em que se encontrarem;
- 32.30. execução da garantia contratual para:
- 32.31. ressarcimento da Administração Pública por prejuízos decorrentes da não execução;
- 32.32. pagamento de eventuais multas devidas à Administração Pública;
- 32.33. retenção dos créditos decorrentes do contrato até o limite dos prejuízos causados à Administração Pública e das multas aplicadas.

33. CLÁUSULA TRIGÉSIMA TERCEIRA – DAS ALTERAÇÕES CONTRATUAIS

- 33.1. Os Contratos poderão ser alterados, nos termos do art. 124 e §§ da Lei nº 14.133/2021, com as devidas justificativas, nos seguintes casos:
- 33.1.1. unilateralmente pela Administração:
- 33.1.2. quando houver modificação do projeto ou das especificações, para melhor adequação técnica a seus objetivos;
- 33.1.3. quando for necessária a modificação do valor contratual em decorrência de acréscimo ou diminuição quantitativa de seu objeto, nos limites permitidos na legislação vigente;
- 33.1.4. por acordo entre as partes:
- 33.1.5. quando necessária a modificação do regime de execução do serviço, bem como do modo de fornecimento, em face de verificação técnica da inaplicabilidade dos termos contratuais originários;
- 33.1.6. quando necessária a modificação da forma de pagamento por imposição de circunstâncias supervenientes, mantido o valor inicial atualizado e vedada a antecipação do pagamento em relação ao cronograma financeiro fixado sem a correspondente contra prestação de fornecimento de bens ou execução de obra ou serviço;
- 33.1.7. para restabelecer o equilíbrio econômico-financeiro inicial do contrato em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução do contrato tal como pactuado, respeitada, em qualquer caso, a repartição objetiva de risco estabelecida no contrato.
- 33.2. O contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.
- 33.3. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês (art. 132 da Lei nº 14.133, de 2021).

34. CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS

- 34.1. Os casos omissos serão decididos pelo contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.

35. CLÁUSULA TRIGÉSIMA QUINTA - DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

- 35.1. O presente contrato tem como fundamento jurídico as disposições da Lei Federal nº 14.133, de 1º de abril de 2021, que institui a nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos, em especial os dispositivos que tratam da execução contratual, fiscalização, prazos, prorrogação, reajuste, sanções e rescisão, bem como as normas correlatas aplicáveis à espécie.
- 35.2. Aplica-se, no que couber, o Decreto Estadual nº 11.363, de 13 de dezembro de 2023, que regulamenta a aplicação da Lei nº 14.133/2021 no âmbito da Administração Pública do Estado do Acre, bem como demais leis, decretos, instruções normativas e regulamentos pertinentes.

35.3. Integram ainda a fundamentação legal as normas da Lei Federal nº 13.709, de 14 de agosto de 2018 (Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais – LGPD), no que se refere à proteção e tratamento de dados pessoais, e da Lei Federal nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor), quando aplicável à relação contratual.

35.4. O presente contrato também se pauta pelas condições e exigências estabelecidas no Termo de Referência, que passa a integrar este instrumento para todos os fins de direito.

36. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SEXTA – PUBLICAÇÃO

36.1. Incumbirá ao contratante divulgar o presente instrumento no Portal Nacional de Contratações Públicas (PNCP), na forma prevista no art. 94 da Lei 14.133, de 2021, bem como no respectivo sítio oficial na Internet, em atenção ao art. 91, caput, da Lei n.º 14.133, de 2021, e ao art. 8º, §2º, da Lei n. 12.527, de 2011, c/c art. 7º, §3º, inciso V, do Decreto n. 7.724, de 2012.

37. CLÁUSULA TRIGÉSIMA SÉTIMA – DO FORO

37.1. Fica eleito o foro da Comarca de Rio Branco-Acre, como competente para dirimir quaisquer questões oriundas do presente Contrato, com exclusão de qualquer outro.

37.2. E, para firmeza e prova de assim haverem, entre si, ajustado e acordado, após ter sido lido juntamente com seu(s) anexo(s), o presente Contrato é assinado eletronicamente pelas partes.

Ricardo Brandão dos Santos
Secretário de Estado de Planejamento
CONTRATANTE

XXXXXXXXXXXX
CONTRATADA



Documento assinado eletronicamente por **ALAF TIAGO DO NASCIMENTO BARROS**, em 01/06/2026, às 14:23, conforme horário oficial do Acre, com fundamento no art. 11, § 3º, da Instrução Normativa Conjunta SGA/CGE nº 001, de 22 de fevereiro de 2018.



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site <https://compras.ac.gov.br/validador/documento>, informando o código verificador **CP20CE9C 75F5E0FE 0D079781 EA1A3613** e código CRC **E9CA5F**

